

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023

Iniciada a AUDIÊNCIA PÚBLICA de quatorze de novembro do ano de dois mil e vinte e três, o Presidente abriu a referida sessão: Agradecer a todos que aqui vieram para participarem e prestigiar esta sessão de audiência pública. Agradecer também a todos que nos acompanham através da rede social, Facebook da Câmara Municipal de Vereadores, via Rádio Cristalina e Rádio Ibiacá FM. Uma saudação especial aos educadores, estendendo às autoridades e entidades que estão presente prestigiando essa causa justa do magistério nas suas reivindicações. Saudar também os pais dos alunos que se encontram presentes. Iniciamos, portanto, com a composição da mesa dos vereadores que compõem o Poder Legislativo Municipal. Altemir Domingos Suzin, Lenoir da Silva Borges, Valdecir Schenatto, Vereadora Silmara Pereira Matos, componente da mesa diretora, no cargo de secretária. O presidente Marcelo Corso, presidente da mesa diretora. O vice -presidente da mesa diretora, Alcir Steffani. Chamamos o vereador Vilmar Inácio Pelin. Também chamamos o vereador Edimar Corso. E, por fim, o vereador Belchior Teston. Convidamos ainda para que tomem assento nas primeiras fileiras que estão reservadas aqui nas cadeiras das autoridades e entidades que se encontram presentes na presente audiência pública. Então, tem as mesas aqui na frente para as autoridades, entidades, prefeito, advogados que representam a associação dos professores, vereadores de outros municípios, assessores dos deputados, prefeito e vice -prefeito municipal, também de outros municípios, o presidente da Avenor, que também se encontra presente, assessor jurídico do município de Ibiacá e autoridades do CPERS. Conforme ao requerimento protocolado, junto à secretaria do Poder Legislativo Municipal, pelas bancadas do PDT e do Partido dos Trabalhadores, na qual foi solicitado a realização da audiência pública para discutir o tema valorização do Magistério Municipal e demais assuntos pertinentes à matéria. A referida solicitação foi atendida e deferida pela mesa diretora, representada pelo presidente e vereador Marcelo Corso, sendo, portanto, realizados os procedimentos legais com relação à referida reunião. Exaltamos que trata -se da primeira audiência pública realizada pelo Poder Legislativo Municipal dessa natureza, exceto outras audiências públicas convocadas pela Câmara Municipal de Vereadores, com chamamento público de metas fiscais, demonstração e avaliação dos quadrimestres anuais, entre outros, de acordo com a Lei Complementar nº 101 e seus dispositivos. A audiência pública, diferente de sessões normais, ou seja, de rotina do Poder Legislativo, como ordinárias e extraordinárias, sessão solene, sessão de posse, porém semelhante, pois trata -se de uma reunião, em que também o Poder Legislativo tem legitimidade e competência para realizar a audiência pública. É garantida pela Constituição Federal, de 1988, regulada pela Lei Orgânica Municipal, fazendo, portanto, parte do processo legislativo. É importante ressaltar o objetivo da audiência pública, que é integrar representantes do Poder Executivo, Poder Legislativo, deputados e seus

representantes, entidades, população em geral, realizando um debate coletivo das questões de interesse geral, no caso, em tela, sobre os assuntos relevantes relacionados e destinados a informações, esclarecimento e posicionamento sobre o tema da educação e magistério, conforme a pauta de hoje. Ressaltamos que a referida audiência pública não é de cunho político, é transparente e de ampla discussão, em que se vislumbra a comunicação entre os vários setores da sociedade e as autoridades públicas. Todos os participantes têm o direito de falar e debater a partir das manifestações, podendo expor opiniões de cidadãos presentes. Não objetiva a consensualidade, devido aos incêndios sociais, os setores e as opiniões podem divergir. É uma forma de promover a participação popular sobre os assuntos determinados na pauta de interesse do magistério. No entanto, quem toma a decisão é autoridade competente, tendo a audiência um condicionamento do processo decisório. De nada adianta, na teoria, o discurso, a fala, da importância dos educadores no contexto municipal, estadual e federal, na formação e desenvolvimento do aluno, necessário que se coloque em prática, ou seja, no papel, a valorização do professor, que é o primeiro passo para garantir uma educação de qualidade, trabalhando com muito mais dinamismo, de nada adianta ter somente eficácia sem ter o resultado. As duas coisas têm que andar juntas e almejar o caminho correto. Deixar o apoio restrito a todos os professores nesta luta do magistério. Agora eu passo a palavra ao presidente do Poder Legislativo Municipal para dar abertura à audiência pública e demais procedimentos para o ato. Senhores vereadores, autoridades, entidades e demais pessoas aqui presentes neste ato, declaro aberta a audiência pública. Cumprimentar aqui os colegas vereadores, o prefeito Ulisses, vice Jones, os vereadores da Cidade da Lagoa Vermelha que estão aqui presentes, o vereador Otamir de Tapejara, enfim, os professores, uma saudação especial a todas as pessoas da nossa comunidade que está aqui nos prestigiando hoje. Também saudar as pessoas que nos acompanham através das rádios e do Facebook. É com muita satisfação e orgulho que a Câmara Municipal de Vereadores de Ibiaçá, Estado do Rio Grande do Sul, se reúne em sessão de audiência pública nesta data e horário, conforme determinações legais no edital, atendendo a solicitação nas bancadas do PDT e PT, objetivando a realização desta audiência pública para discutir o tema valorização do magistério municipal e demais assuntos conforme exposto na solicitação. Vou fazer a leitura aqui do requerimento que deu origem a essa audiência. A bancada do Partido Democrático Trabalhista e a bancada do Partido dos Trabalhadores vêm por meio do presente solicitar a realização de audiência pública para discutir o tema valorização do magistério municipal, com o objetivo de trazer informações sobre o plano de carreira do magistério municipal e o novo Fundeb, as fontes de financiamento e custeio da educação. Em 2008, o Congresso Nacional aprovou a Lei Federal nº 11.738, que estabelece o piso nacional do magistério. Em 2020, foi aprovada a criação do novo Fundeb, promovendo dois efeitos distintos, sendo o primeiro aumentar a verba disponibilizada aos municípios para financiamento da educação e o segundo, motivado pelo oportunismo de políticos inimigos da educação pública, que ingressaram na Justiça para contestar a

correção do piso, e tão somente a correção do piso, não contestando os aportes financeiros crescentes recebidos pelo Fundeb, que usa o mesmo critério de correção que tem como maior finalidade o pagamento do salário dos profissionais da educação. Nos últimos dois anos, o Poder Executivo Municipal não vem pagando o piso nacional do magistério, este ano fixado em R \$ 4 .420 ,55 para 40 horas. Considerando que os critérios para reajustar o custo aluno, o Fundeb e o piso nacional são os mesmos e que são anualmente fixados por portaria interministerial, com análise conjunta dos Ministérios da Educação, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, e que o município vem recebendo regularmente as verbas do Fundeb, sendo que em 2021 não houve reajuste devido a um decreto presidencial em decorrência da pandemia, em 2022 o reajuste foi de R \$ 33 ,24, em 2023 foi de R \$ 14 ,95, e que os reajustes ofertados pelo Poder Executivo Municipal nesse período foram muito abaixo desses índices. O pagamento do piso ao magistério é assegurado em plano de carreira do Magistério Municipal, atualizado e aprovado em 2018 pela Lei nº 1 .423. Legislação esta que também impõe critérios de avaliação para progressão na carreira dos professores, que ora contesta na Justiça a validade do critério de correção do piso da categoria. Também é necessário discutir a relação entre o processo de valorização profissional com os resultados obtidos enquanto rede de ensino. É válido lembrar que, entre outros fatores, o rendimento salarial está diretamente ligado ao desempenho do profissional, uma vez que o salário digno não é apenas uma ferramenta de estímulo, mas é indispensável para que os profissionais mantenham -se atualizados em condições financeiras e investiram na sua carreira e na formação, e além disso tenham saúde financeira e mental. Houve, por parte do Executivo Municipal para a Associação de Professores Municipais, em 2022, a justificativa de que o município de Ibiacá está agindo com toda a cautela que o caso exige, e assim que fossem concluídas as demandas judiciais, seja pela confirmação da inconstitucionalidade ou constitucionalidade das referidas portarias, o município iria se adequar às decisões judiciais. Até a referida data, o não cumprimento do reajuste do magistério seria devido à insegurança jurídica, envolvendo a validade das portarias expedidas pelo Ministério da Educação, e que, embora o STF tenha julgado constitucional a validade das mesmas, conforme votação unânime dos ministros, concluída em 11 de setembro de 2023, o reajuste ainda não foi pago por parte do Executivo. Considerando que muitos professores municipais ingressaram na justiça contra o município para requerer o cumprimento da Lei do Piso Nacional e o recebimento dos valores não pagos acumulados nos últimos dois anos, solicitamos a realização de uma audiência pública para debater o contexto supracitado que culmina com o processo de valorização dos profissionais da educação. Sugerimos que a audiência seja realizada no dia 14 de novembro de 2023, às 19h, nas dependências da Câmara de Vereadores, para que possa ser apreciada com maior acomodação dos convidados. Em horário noturno, compatível com a disponibilidade dos professores municipais e vereadores. Requeremos ampla publicidade do ato e transmissão ao vivo, como ocorre ordinariamente, com exceções de demais audiências públicas

realizadas por esta Casa. E, por fim, requeremos que sejam expedidos convites para as autoridades pertinentes comparecerem à audiência, para que possam ouvir a classe debater uma solução que contribua com os objetivos do movimento de valorização do Magistério. Nesses termos, pedimos deferimento da mesa diretora em sessão para o devido encaminhamento. Então, com relação ao desenvolvimento dos trabalhos hoje, será permitida a manifestação oral daqueles que desejarem, pelo prazo de até cinco minutos, na qual se manifeste através da ordem de inscrição, sendo chamado nominalmente para expor a sua fala na tribuna. Sendo que será observada a questão da ordem, posteriormente será oportunizada a palavra às autoridades convidadas, entidades e, por fim, os vereadores de Ibiaçá, que queiram se manifestar. Somente uma observação, antes de iniciarmos a fala, a discussão será direcionada ao assunto pertinente ao tema ou objeto proposto em discussão, conforme consta no requerimento. A primeira a falar é a Paola Scariott. Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar as autoridades, prefeito municipal, vereadores, colegas professores e o agradecimento especial aos pais que estão aqui presentes hoje, atendendo ao chamado da categoria, para entender um pouco mais da luta dos professores nessa causa. Tenho certeza que os pais que estão aqui hoje é porque eles compreendem a importância que a educação tem na vida dos filhos e que, tendo em vista que a grande maioria depende da educação pública do município, de qualidade. Então para explicar um pouco para o pessoal que é mais leigo no assunto e para os pais entenderem, daqui a pouco, quem está nos assistindo, a nossa luta, com palavras mais simples, em 2008 a lei do piso foi aprovada e essa lei garante um valor mínimo que os professores precisam receber. Desde então, os reajustes são feitos por portarias, todo mês de janeiro, anualmente. O município vinha cumprindo com esse valor do piso salarial até 2020, que foi quando houve a pandemia e os nossos salários ficaram congelados. Depois disso, quando finalmente o governo federal concedeu um reajuste considerado digno aos professores, esses reajustes não foram repassados aos professores. Então, em 2022, teve 33,24 % e em 2023 mais 14,95 % que esses reajustes acompanham o valor aluno do Fundeb e os professores do município de Ibiaçá receberam os mesmos reajustes de todos os funcionários. Então, 11,58 % em 2022 e 10 % em 2023. Então nós ficamos com o nosso salário básico, que se refere ao nível médio, conforme o nosso plano de carreira, em torno de 26 % abaixo do piso nacional. Então, nesse cenário, a gente percebe que o professor, que ele é engrenagem da sala de aula, ele é engrenagem para a educação, a gente entende que não adianta a gente ter, não que não faça diferença, mas sim a gente ter uma escola de qualidade, materiais de qualidade, é importante, mas quem vai fazer a diferença dentro da sala de aula são os professores, e os professores precisam estar motivados para isso. Então, dentro desse cenário, o professor se viu obrigado a buscar o caminho da justiça, que foi o que aconteceu, infelizmente, com os professores aqui do município. A nossa preocupação, hoje eu estou falando em nome dos colegas professores, da maioria, a nossa preocupação, agora vou me dirigir aos colegas, é a questão de que o nosso plano de carreira está ameaçado. Dentro dessa conjuntura, a gente vê que alguns municípios já achataram o plano, já modificaram

os níveis, e isso não será recuperado pela categoria. Então, o que vai acontecer conosco aqui, se a gente não tomar providências com urgência, é que a gente vai ter um acumulado que o município não vai mais dar conta de pagar. E aí sim, fatalmente, previsivelmente, nós vamos ter que mexer no plano de carreira. E aí, uma construção que já foi modelo, que é modelo para outros municípios que se inspiraram, que copiaram o nosso plano de carreira, porque já foi o melhor da região, apenas não está sendo cumprido, ou seja, empobrecido. Que é o que a gente não gostaria que acontecesse. Então, o que a categoria busca aqui hoje é o bom senso, é o entendimento, e que a gente possa encontrar uma solução positiva para, de fato, valorizar os professores do nosso município, para que a valorização não fique só ali no cartaz, ou só aqui no discurso, para que a valorização aconteça na prática. Certo? Boa noite a todos. Prosseguindo pela ordem de inscrição, o segundo inscrito, professor Walter Luiz Petrolli. Boa noite. Boa noite ao prefeito, ao vice, às autoridades presentes, à Câmara, aos ouvintes das rádios e pelo Facebook. Eu sou professor aposentado da rede municipal e faço parte da comissão que a gente vem negociando com o prefeito. Nós nos reunimos várias vezes para discutir, porque eu já recebi o piso. A lei do piso tem 15 anos. Numa época nós recebíamos o piso, de um tempo para cá não recebemos mais. Então, nós nos reunimos com o prefeito e ele alegava que só não pagava por insegurança jurídica. E, numa reunião destas, ele convidou que teria na Amunor um palestrante e seria bom alguém da comissão ir até a Sananduva, que lá teria, queria tratar do assunto do piso. Aí, eu sou presidente do RPPS também, há uns 15 anos, mais ou menos. Aí, eu fui nesta sessão, nesta reunião da Amunor, fiz a ficha de inscrição como presidente, não como professor, que talvez nem aceitassem professor lá dentro. Aí, o palestrante, o primeiro assunto que ele tratou foi do piso. E eu vou relatar aqui o que o palestrante falou lá. Diz prefeitos e ele achou que só tinha prefeitos e secretários, mas eu estava lá no meio. Infelizmente, ou felizmente, não sei. Aí, ele diz assim, ó, o piso é lei, lei não se discute e lei se cumpre, e vai ter todo ano. Então, eu vou dar três palavrinhas mágicas, vocês reúnam os professores, mexem no plano, eles nem vão perceber a primeira. Lá onde diz vencimento básico, vocês tiram o básico e botam a inicial. Segunda palavrinha mágica, mudanças de classe. Que você fica um determinado tempo, você tem o reajuste e é em porcentagem, 5%, 10%. Vocês tiram esse 10 % e colocam 150 reais. No primeiro, ele já disse, quando você trocar só essa palavrinha, cai unicência, triênios, quinquênios, isso aí cai tudo. Mexe no plano da mudança de classe. E a terceira palavrinha, mudança de níveis. Onde, quanto mais estuda faz plena, a faculdade plena tem um percentual, pós -graduação, outro, mestrado, doutorado, 50%, por exemplo. Tira 50%, coloca 300 reais. Manda para a câmara, eles nem percebem, eles não vão perceber, que são coisas e desabou o plano de carreira. Então aí eu fiquei triste, fiquei revoltado. E ainda ele disse para os prefeitos que estavam lá, dizia, a semana que vem eu consigo uma liminar em Santana do Livramento, a nível federal, e está resolvido o problema. Como eu tinha sido convidado, eu fui, a parte que me interessava era aquilo, foram tratar outros assuntos, eu saí da reunião. Até o palestrante ficou me olhando quando eu desci da Casa da Cultura e saí. Porque

ele imaginou que eu ia ficar na sessão. Então isso é verdadeiro, porque quem estava lá ouviu. Então eu só queria trazer este relato. Que o nosso plano é bom, é um dos melhores da região, mas nós não vamos abrir mão nunca dele. Até discutir, nós discutimos. Porque já foi duas vezes para a Câmara, mas sem nos consultar. Feito no gabinete, como o governador Leite faz, e joga para a Assembleia. Só não passou porque tem a minoria na Câmara. Senão teria passado. Boa noite. Lembramos que o limite da fala é até cinco minutos. É diante do elevado número de inscritos. Então não tem cronômetro, mas eu vou comunicar quando faltar um minuto. A próxima é Cristiane Machado de Aguiar, professora também. Boa noite a todos. Primeiramente gostaria de cumprimentar o excelentíssimo senhor prefeito Ulisses Cecchin. Cumprimentar também o presidente dessa casa, o excelentíssimo senhor vereador Marcelo Orço. Em seu nome eu estendo os meus cumprimentos aos demais professores, colegas, familiares, advogados e aos demais presentes. Me chamo Cristiane, sou professora da Rede Municipal de Lagoa Vermelha e Caseiros. Neste momento eu presido a Associação dos Professores Municipais desses dois municípios. E hoje eu vou falar em nome do movimento pela valorização dos professores municipais gaúchos. O nosso movimento surgiu porque dentro dos municípios nós, professores, enfrentamos diferentes desculpas e situações muito parecidas também. Em muitos momentos nós não fomos ouvidos pelas atuais gestões municipais e, com muito custo, conseguimos conversar com alguns prefeitos. E, infelizmente, não tivemos sucesso e fomos colocados contra a parede. E nós deveríamos escolher se recebemos o piso ou nós temos o nosso plano de carreira achatado. E eu, infelizmente, vivenciei essas duas realidades nos municípios dos quais eu trabalho. Pois, em uma, o nosso plano de carreira foi achatado e, no outro, nós só escutamos as promessas do prefeito. Que não tem dinheiro, que a folha de pagamento já está no limite e que também não tem a segurança jurídica. E eu deixo aqui que a Lei Federal, nº 11.738, nunca deixou de existir, que é a lei do piso do magistério. E lá no artigo 3º da LDB, 9.394, diz para cumprir com o pagamento do piso aos professores. No início dos nossos planos de carreira também se faz referência a essas leis. Mas isso não acontece. Pois, o nosso plano de carreira está sendo desmontado. Como dizia o professor que estava aqui. E eu pergunto, qual é o incentivo que está sendo dado para os professores se qualificarem? Se eu estou ganhando o mesmo salário de quem tenho a nível do magistério. Se eu, com pós-graduação, com faculdade, com graduação, tenho o mesmo salário. Ontem, eu estava lendo uma matéria sobre educação que dizia que os professores estão adoecendo todos os dias. Estão se afastando por diferentes problemas de saúde. E a saúde mental é o índice mais elevado para o seu afastamento. E quem está de fora não faz ideia o que um professor passa dentro de uma sala de aula. E fora dela também. O quanto nós, professores, precisamos estudar para fazer o nosso planejamento. Porque nós não podemos chegar lá e decidir na hora o que nós vamos fazer com os nossos alunos. E levamos, sim, todos os dias trabalho para casa. Nós precisamos planejar as nossas aulas, corrigir os cadernos dos alunos, os livros, corrigir as provas, digitar os pareceres descritivos. E na hora da remuneração, de recebermos

o nosso salário, nós não somos valorizados. Pois estamos lutando para ter o mínimo. É inaceitável que qualquer trabalhador, hoje, receba menos que o salário mínimo. E por que os professores, que formam todas as outras profissões, têm que aceitarem essa situação, receberem menos que o mínimo? Então, nós, professores, fomos nos encontrando. Eu encontrei com a Paola e com os professores de outros municípios. E nós fomos nos fortalecendo para contrariar um histórico de desunião. E viemos nos unindo e estudando sobre o orçamento fiscal dos municípios, sobre a verba do Fundeb, a verba do MDE, quais metas os municípios precisam cumprir para ganhar os devidos repasses e o que pode ser gasto e pago com esse dinheiro. Começamos a pesquisar os portais de transparência, o CIOPE, os repasses do Banco do Brasil, as prestações de conta dos municípios, no Tribunal de Contas do Estado, porque professor também precisa, sim, saber sobre isso, sobre essas verbas, de onde sai o seu salário, e o que é feito com esse dinheiro. A Lei do Piso é a nível de magistério, ensino médio. Então é R \$ 2 .220, o básico para um professor que tem ensino médio magistério. E nós, professores que temos graduação, pós-graduação, mestrado, estamos tendo a mesma remuneração. E, sinceramente, não compreendo essa interpretação. E para recebermos o mínimo estipulado na lei, nós precisamos entrar na Justiça. E, com apoio jurídico, nos deparamos com liminares dos municípios da Amunor, e de outras ações, e de outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul, contra o pagamento do piso, ações ajuizadas que buscam impossibilitades de concederem o pagamento do piso aos professores. Infelizmente, nós, professores, não vemos um caminho de valorização da nossa profissão. Então, o nosso movimento está caminhando, está se expandindo, e hoje já contamos com a união e a participação de professores municipais de 80 municípios. Esses professores trabalham. Estamos buscando o apoio de todos os aliados possíveis. Gostaria de agradecer o apoio que estamos tendo, até o momento, de muitos deputados federais, estaduais. E também convido todos, quem gostaria e quer fazer parte de um movimento, vai ser superbem -vindo. O nosso movimento é suprapartidário, ele não tem uma sigla partidária, mas o político que nos estender as mãos, nós vamos segurar. Todos são bem -vindos, do ponto de vista, buscando sempre olhar o ponto de vista dos professores. Nós buscamos quem esteja engajado na luta do magistério, poutando o direito ao piso e a valorização da categoria. A nossa luta é justa, é necessária e é urgente. Buscamos, através das ações realizadas, saber quem luta a favor da valorização do magistério e uma educação pública de qualidade. Gostaria de agradecer a colega Paola, que protagonizou essa audiência, e aos demais presentes. Muito obrigada pela atenção e boa noite a todos. Próxima escrita, professora Marta Luísa Mioto. Boa noite a todos. Eu sou professora municipal, professora estadual e professora municipal de Tapejara, município vizinho aqui. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar os vereadores dessa casa, por ter dado voz aos professores. Com essa atitude, vocês demonstram que vocês valorizam a educação. Porque valorizar a educação não é comprar material pedagógico, não é dar estrutura, é valorizar o professor. Um professor valorizado, ele consegue fazer um ótimo trabalho, nem que seja embaixo de uma árvore, na sombra de uma árvore,

com um quadro de giz branco. Então, meu agradecimento, minha gratidão, e o meu reconhecimento. Dizer também que, em meio a esse sentimento de gratidão, eu tenho um sentimento de tristeza. Porque nós, professores, hoje deveríamos estar em casa, curtindo a nossa folga, véspera de feriado. E não, nós estamos aqui reivindicando um direito que uma lei nos assegura. Não é qualquer lei, é uma lei federal. E, senhores vereadores, desde que eu me entendo, desde que eu conheço a logística da legislação, o projeto de lei vem para esta casa, os senhores aprovam, vai para o executivo, o executivo sanciona, e, a partir daí, registra -se, publica -se e cumpre -se. Cumpra -se. E o que nós vemos? Muitos gestores entrando na justiça para não cumprir uma lei. Não querem cumprir uma lei. Por quê? Qual o problema de cumprir essa lei? Qual o problema de valorizar um professor? Então, esse é o meu sentimento de tristeza. Depois, pega -se o microfone e diz, não, nós investimos pesado em educação. Pesado? Comprando material didático? Gastam milhões comprando um livro didático, que o aluno pega aquele livro e não sabe o que fazer com aquele livro. Alguns olham as figurinhas, outros, um pouco mais dedicados, leem um texto, mas o professor que traduz aquele livro, que transforma aquele livro em conhecimento, em aprendizado. Se não for o professor, aquele livro e um caderno em branco é a mesma coisa para o aluno. Então, quer valorizar a educação, comece valorizando o professor. E com relação ao plano de carreira, infelizmente, no nosso município, foi alterado o plano de carreira. E nós perdemos, e perdemos muito. Não vamos recuperar tão fácil. Passamos por todos esses trâmites que o colega falou aqui. Tentaram colocar em reais os nossos coeficientes, a gente conseguiu barrar. Tentaram mexer nas classes, a gente conseguiu barrar. Mas, quando chegou nos níveis, não conseguimos. Fomos vencidos. Então, infelizmente, é uma realidade. E a colega falou que os professores estão doentes. Eu ousou dizer que não só os professores estão doentes. É a educação que está doente. É a educação que está morrendo. E quem vai sofrer a consequência disso são os nossos filhos, os nossos netos, que precisam de uma educação pública de qualidade. E se o professor está doente, a educação também está. Muito obrigada e boa noite. Prosseguindo o chamamento, Cristina Chepo, que é mãe de aluno. Boa noite a todos aqui presentes. Eu, como mãe de aluno, meus dois filhos, estou na Escola Municipal de Ibiacá. Meus dois filhos participaram da creche municipal e pediram para mim vir aqui falar. Um pouco insegura, mas estou aqui. Educação. Quem somos nós sem educação? Se colocar no lugar desses professores. Eles têm o dom de ensinar, mas eles precisam ser valorizados. Nós, pais, temos que ajudar esses professores, dizendo quantos eles são importantes para os nossos filhos. Nas leis, eu sou leiga. Não posso me pronunciar como os demais professores se pronunciaram aqui. Não saberei informar. Mas, como mãe, eu tenho muito a agradecer aos professores municipais do município de Ibiacá. E, nesse momento, eu pediria a todos que não se sentissem fracos, mas que, nesse momento em que vocês estão aqui reunidos, com esse pessoal aqui, vocês se sintam valorizados. Porque, da minha parte, eu preciso de vocês. Eu preciso que meus filhos tenham educação, para que eles escolham uma profissão, mas por amor. E vocês estão ensinando eles. Quando eles chegam em casa e elogiam,

o meu professor me ensinou. Se você pedir, a Cecília está aqui presente, se você pedir para ela o nome das professoras, ela sabe numerar, ela sabe falar. Então, eles fazem por amor, mas eles precisam ser valorizados. Então, nesse momento, a única coisa que eu quero pedir a todos aqui presentes é que apoiem eles. Isso é o mínimo que a gente pode fazer. Meu boa noite a todos. Vamos ao próximo inscrito. Joel Telles, pai de aluno também. Minha saudação, senhor prefeito municipal Ulisse Sequin. Vice - prefeito Joanes. Uma alegria ver vocês aqui. Presidente da comissão, Marcelo Corso e demais vereadores. A todos os presentes, comunidade, pais, os professores dessa classe tão importante, e demais autoridades, políticas, civis que estão aqui. Queridos, é importante que eu fale antes quem eu sou. Pai do Davi e pai de Joel Lucas, que estudam na rede municipal de ensino aqui do nosso município. E eu também atuo como pastor auxiliar na Assembleia de Deus aqui do município. Convivemos sem nenhum vínculo político, no entanto, com bons amigos que são políticos. Mas hoje, com essa tarefa um pouco difícil, por conta que ela gera algumas dificuldades na compreensão, especialmente porque não é levada tão claramente a comunidade de forma geral, nem sempre acontece uma audiência pública onde os fatos são esclarecidos. Agradeço a Elenildo, a Paola, que fizeram contato comigo, para estar aqui ressaltando a necessidade de apoiarmos uma classe super importante. Porque quem de nós nunca teve um professor que marcou a sua vida, né? Professora Angela Marisa. Quem de nós nunca teve alguém que a gente fica velho e se encontra novamente com a professora e dá um abraço e diz que bom tempo quando nós estávamos compartilhando do mesmo ambiente físico a sala de aula. Então, queridos, eu imagino que, embora não esteja claro porque não acontece o repasse, eu venho dar o meu incentivo aos professores a continuarem nessa luta pelo direito que lhe é assegurado pela lei. Eu penso que, em cumprir as obrigações com os professores, nós não estamos simplesmente os motivando. Porque eu creio que a obrigação, ela não deverá nunca ser a nossa motivação. A nossa motivação deve transcender a nossa obrigação. E eu vejo isso por conta da qualidade da educação que meus filhos têm. A qualidade em que as escolas oferecem, e preciso ressaltar, e talvez discordar de algumas falas, em que o incentivo à educação, o investimento na educação também passa pelas escolas. No entanto, quanto eu falava de motivar o professor, não é só a estrutura, não é só o material, não é só a condição que se oferece ao professor em sala de aula na escola. Que, diga -se de passagem, nós temos essa condição no nosso município, e isso é verdade. Mas também nós precisamos lembrar que a parte motora da educação, que faz aprender, porque não basta ensinar. É necessário fazer aprender. E para fazer aprender é necessário um professor na sala de aula. Um professor que esteja com sua expectativa não frustrada. Porque quando se gera uma portaria e se decide um assunto, obviamente gera -se uma expectativa em uma classe. E essa classe, não recebendo, ela tem a sua expectativa frustrada. Logo, a sua motivação talvez ela passa a começar a ser atingida. Então, queridos, a estrutura, a valorização do professor, nós precisamos pensar de forma muito responsável. Porque um professor marca profundamente a vida de um aluno. Eu penso que o magistério, ele deveria ser ainda muito mais valorizado do que

simplesmente com esse piso que já está liberado. Por conta que, quem de nós chegaríamos onde estamos se não tivéssemos a paciência e o cuidado de um professor? Eu penso que quem de nós chegaríamos onde estamos se não passássemos pelas mãos de um professor? Não passássemos pelo tempo de sono perdido por um professor, que ia em casa corrigindo provas, e às vezes até pensando numa forma de fazer com que o aluno aprenda aquela matéria que ele tem dificuldade. Então, queridos, elogio as escolas, a estrutura do nosso município, mas defendo os direitos que já estão sendo reivindicados nessa audiência dos nossos queridos professores. A luta dos professores, eu creio, que é de todos nós, que queremos alunos, crianças, adolescentes, jovens, que saiam para a sociedade com a sua missão bem clara e esclarecida. Essa é a minha palavra, e eu desejo que Deus abençoe a todos os presentes. Em nome de Jesus. Obrigado. A próxima, Fabiana Rodigueiri, professora. Boa noite a todas as autoridades aqui presentes, vereador Altamir, que nos acompanhou em mais essa luta. Dizer para vocês que hoje eu também pensei, não vou mais. Ando cansada de reuniões que tenham que explicar qual é o valor do professor. A Paola sabe, inclusive foi minha aluna lá em Santa Cecília, o quanto a gente se desgasta para pedir algo que é nosso por direito. É incrível como é difícil fazer as pessoas entenderem que valorizar o professor é sim o material, é a infraestrutura, mas é trabalhar pelo professor. A Marta foi muito feliz na fala dela. Coloca o livro didático sozinho em cima da mesa de um aluno. Coloca o livro didático em cima da mesa. Ele não vai, com certeza, alcançar os índices que se precisa. Nessas semanas, estamos em prova de SAER, SAEB. Vocês acham que o trabalho do professor é só da sala de aula? Eu preciso de muitas horas, porque além de tudo, fui escolher a língua portuguesa, que é uma das disciplinas que está sempre nessas provas. E elas fazem com que o dinheiro aumente ou não para o município. Então, hoje, mesmo depois de ter pensado por muito tempo, cansei, eu acredito que o nosso papel ainda é motivar vários outros professores para que venham para a luta conosco. Não é uma briga de partido político, não é uma briga política. É uma briga por direitos que são nossos e que devem ser cumpridos. Estava fazendo algumas anotações e, quando alguém fala porque o atleta tal ganhou a medalha, conquistou o primeiro lugar, o que a gente diz? Olha todo o esforço dele lá atrás. Quantas vezes a gente leva, sim, trabalho para casa. E, pais, obrigada pela fala de vocês. Porque, além de dar o conteúdo na sala de aula, o verdadeiro professor olha pelo seu aluno. E quantas vezes a gente percebe coisas no aluno que, muitas vezes, passa sem ser percebido. Quantas vezes o aluno busca no professor a pessoa que ele confia, que ele quer contar tantas coisas. Então, quando se fala em discursos e mais discursos, nós estamos cansados. Nós queremos ações. Nós queremos ver os nossos direitos sendo pagos. E, sim, quando a colega Cristiane colocou, nós temos lido muito. Número de professores adoecendo. Apagão de professores no estado do Rio Grande do Sul. E aí, é isso que a gente quer? Então, fica aqui, como a Marta disse, também a minha tristeza por nós termos que estar aqui numa noite discutindo algo que eu ouço sempre. Que é a prioridade de qualquer governo. Então, acho que agora é hora de mostrar realmente que somos prioridade. E, se nós não formos

professores, tenham cuidado. Porque a sociedade que vai vir ali fora passa na mão dos professores. E um professor doente, cansado, talvez ele não consiga dar o melhor dele numa sala de aula. Obrigada. Nesta primeira etapa, a última inscrição, o pastor Davi, da igreja Batista. Posteriormente, a gente entra na segunda etapa com a palavra das entidades que estão aqui presentes. Boa noite a todos. Ao Legislativo, Presidente, Prefeito, todas as demais autoridades presentes aqui, todos os pais de alunos, professores. O professor Lucimara me convidou para participar, dar uma palavra. E também, principalmente, estar apoiando, assinando aquele apoio lá. Eu não sou pai de aluno, mas sou pai de professor. Meu filho é professor de língua portuguesa, língua inglesa. E tenho ouvido tudo o que vocês estão falando aqui, eu já sei. Essas demandas todas, tudo isso aí eu estou a par. Fiz questão de estar presente para demonstrar o meu apoio a essa classe, tantas vezes desvalorizada, não respeitada. Isso, ouvindo o professor ali aposentado falando, pessoal, também me entristeci. Como a professora Marta, esse é um sentimento coletivo, e deve ser coletivo. Infelizmente, não atinge aqueles que deveriam sentir tristeza por isso. Mas, eu estou aqui, simplesmente, em poucas palavras, para apoiar tudo isso que vocês estão aí. Na verdade, é que nem a última professora que veio aqui disse aqui. São coisas que não era necessário estar acontecendo a essa audiência pública. Isso aqui não era necessário. Mas se tornou necessário. E, creio eu, e como pastor, como meu ofício, oro para que isso não fique em palavras. Para que as professoras não tenham, e todos os demais participantes, pais de alunos, não tenham gastado saliva em vão aqui esta noite. Boa noite, muito obrigado. Portanto, não havendo mais manifestações nessa primeira etapa, prosseguimos com a palavra das representantes das entidades. Primeiro, Juarez do CEPERS. Boa noite, prefeito Cecchin, demais autoridades, nossos colegas vereadores. Hoje estou na gestão da Água Vermelha, na Câmara de Vereadores. E eu sou um professor aposentado, no magistério. Trabalhei um período dentro da universidade. E essa luta que as meninas puxam hoje aqui, no piso municipal, é uma luta que o CEPERS já traz há um bom tempo. E nosso trabalho era em cima do piso do magistério estadual. E agora a gente está nessa luta também para que os municípios sejam atendidos por isso. Porque até então quase que todos os municípios pagavam o piso para o magistério. E agora, nos últimos tempos, por vários motivos, vários municípios estão entrando na justiça para alterar a legislação e tal, para que não seja feito esse pagamento integral. Nós temos, e todos vocês têm conhecimento, pelas falas que a gente teve aqui, o repasse, teve um ano que não teve o repasse do FUNDEB, mas todos os anos é feito o repasse de acordo com a inflação, com a valorização do piso. Só que agora está tendo uma situação de que os municípios, os prefeitos, estão dizendo que não é incompatível, não é legal, o município não tem condições de aguentar o peso desses investimentos. E é um dinheiro que é definido para tal, pode melhorar a escola, pode fazer uma escola bonita, mas a peça-chave é o professor que está na sala de aula. O relato que o pessoal falou aqui, a gente tem essa vivência de sala de aula, se não é pelo professor, as coisas não acontecem. E a gente tem uma situação diferente, que a nossa profissão, nós lidamos com gente. Quando se lida com bicho, com peças, é

uma situação. Quando se lida com pessoas, é outra situação, que nós temos que ter a sensibilidade, temos que ter o carinho, temos que ter uma turma que ande junto. Não adianta nós estar privilegiando os que sentam na frente, enquanto os que sentam lá atrás não conseguem chegar a esse conhecimento até eles. Então, essa profissão de professor é uma situação delicada e assim uma profissão que quase que sempre é desvalorizada. E nós vivemos num período que o Estado, os municípios, a própria União, acaba criando um Estado mínimo, onde tudo tem que se passar para a iniciativa privada, terceirizar. E acontece que o Estado vai se omitindo das políticas públicas e quem paga é a sociedade. Quando nós tivermos uma sociedade sem conhecimento, uma sociedade marginalizada, nós temos que ver quem foi que errou e onde que errou, porque quando o poder público sai do processo, alguém avança no processo. E a educação é a que mais sofre com essas tentativas de desmonte da escola pública. E aí nós vamos ter uma sociedade que nós estamos vendo aqui, de pessoas relatando umas realidades independentes do município ou do Estado, é uma realidade só. Nós vamos defender a educação, mas na hora que nós precisamos fazer com que o mais estereótipo dos professores tenha essa valorização, a gente vê que o poder público acaba se omitindo. Um abraço e bom trabalho para todos. O próximo representante do CEPERS, Alex. Muito boa noite. Só um instantinho aqui que eu fiz algumas breves anotações, por mais que a gente esteja habituado. Eu quero saudar a mesa, na composição com o prefeito e os vereadores de Biasá, mas eu queria deixar, fundamentalmente, a minha saudação, a saudação do CEPERS, indicado aos meus colegas, professores e professoras que estão aqui presentes, fazendo uma luta muito importante, que não é uma luta só por eles, não é uma luta corporativa, é uma luta pela educação. Eu sou professor de história, sou da rede municipal em Itacoara, também sou da rede estadual no mesmo município. E certa feita eu participava de uma aula com os alunos, e um aluno mais velho questionou, dizendo que o Estado era ineficiente e que os funcionários públicos eram todos um bando de vagabundos, que tinham que privatizar tudo, em um debate na aula de geografia. Nós conversávamos sobre isso, e eu perguntei o que ele fazia, eu sabia o que ele fazia, ele trabalhava em uma fábrica de calçados, é muito forte lá na região, a indústria calçadista, e ele, então, fazia muitos anos que trabalhava em uma fábrica e tinha muito orgulho de nunca ter botado um atestado. Ele ocupava, naquele momento, depois de mais ou menos 15 anos de profissão numa mesma empresa, ele ocupava um cargo de chefia. Mas eu perguntei, mas você sempre foi chefe? Ele disse, não, eu comecei lá de baixo. E foi explicando a trajetória dele. E aí, quando ele terminou de contar a história dele, eu perguntei, tá, mas se depois de 15 anos você estivesse na mesma posição, com o mesmo salário, o que você acharia? Ele disse, não, eu teria saído, não ficaria mais lá. Eu disse, pois é, você acha justo ter um salário, uma progressão de carreira, mesmo na iniciativa privada? Para ti, mas acha que isso não pode servir para mim, como professor, como educador. Essa é a lógica, a lógica da dignidade, da valorização, a lógica que faz com que todos ganhem investimento em educação. Essa é a palavra, investimento. Eu circulo com razoável frequência aqui por essa região, e a gente sabe que esse aqui é um dos motores econômicos do Rio

Grande do Sul. E as pessoas que trabalham, especialmente naquilo que é vinculado ao chamado agronegócio, sabem que tem duas questões fundamentais para o sucesso atual desse segmento. Ciência e tecnologia. Foi -se o tempo de fazer a agricultura e a pecuária de uma maneira descolada desses conhecimentos. E a ciência e tecnologia, nada mais nada menos é do que a educação transformada para o setor produtivo, para o desenvolvimento econômico, e também a educação é generosa. Ela permite isso e ainda ajuda no fortalecimento da democracia, na constituição de uma visão cidadã de sociedade e na afirmação dos direitos humanos, sociais e trabalhistas. Que maravilha. O piso salarial nacional completa esse ano 15 anos da sua aprovação, mas a sua luta vem de muito antes. Inclusive na constituição de 88 estava previsto. Só da constituição a aprovação do piso foram 20 anos. Da aprovação do piso até agora, mais 15 anos. Tem gente que nesse tempo todo se aposentou e não viu o piso acontecer na sua vida funcional, no seu bolso. É preciso que a gente encare essa discussão desarmado, pensando o que o piso representa. Não só para funcionários, eu tenho aqui o prazer e o orgulho de estar com a minha colega Justara Borges, que é quase vizinha de Bento Gonçalves, funcionária de escola, que sabe a luta que nós estamos fazendo a nível nacional para que os funcionários de escola também tenham um piso. Ou junto com o magistério, ou o seu próprio, mas tenham um piso. Porque desde 2010, os funcionários de escola, muita gente talvez não saiba, os funcionários de escola também são reconhecidos pela LDB como profissionais da educação. Nós temos um arcabouço fenomenal, o Fundeb e outras fontes de financiamento. Nós temos a possibilidade de realizar, para ir concluindo, realizar essa obra do piso como um dos instantes, um dos momentos de realização do nosso direito social à educação. A educação virou direito social, de fato, a partir da Constituição de 88. Vejam quanto tempo o Brasil já existia, até que finalmente se reconheceu isso. E eu acho que a tarefa de todo mundo, desde a cúpula, o Poder Executivo, o Congresso Nacional, o STF, aliás, o STF que em todos os julgamentos julgou o piso como constitucional, legal e aplicável. A gente precisa lembrar disso. Não é o professor Alex, nem alguém que se deu aqui. Isso é a Suprema Corte do país. Mas nós temos a possibilidade de fazer isso. E eu acho que a gente pode, inclusive, já que estamos às vésperas da eleição municipal, pensar que a eleição municipal do ano que vem, em muitos municípios, talvez aqui, começando por Ibiaçá, vai ter a questão da educação resolvida. Porque se paga o piso, porque se respeita a carreira, porque se aplica corretamente o Fundeb, porque se tem atenção ao regime próprio de previdência social, que também sofre ameaças e tem problemas e precisa ser tratado com a mesma atenção e cuidado daquele vencimento que é o piso para os da ativa. Então, esse conjunto de questões, acho que só nos engrandece e faz a gente pensar realmente num país e numa sociedade melhor. Muito obrigado. Perdão por estar por lá o tempo. O próximo também é o representante do Cpergs, Rosane. Posso tirar? Pode. Rosane Zan, da direção estadual do Cpergs Sindicato, atual tesoureira -geral. Também faço parte da Comissão da Educação do Cpergs. E também coordeno o Departamento dos Especialistas da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que é a CNTE. Quero

saudar aqui, na mesa, o presidente Marcelo Corso e demais vereadores. O nosso companheiro também do núcleo aqui de Lagoa Vermelha, que sempre está na luta, vereador, que sempre está aí, Joarez. Os demais professores da rede municipal e estadual que aqui estão. E demais outros companheiros que estão aqui, que eu acho que é importante esse local onde nós estamos hoje, com o plenário cheio, em discussão de uma coisa que não é cara, que é a educação. Quando você pensa em políticas públicas, tem que pensar num todo. E quando a gente fala das políticas públicas, sempre a educação é colocada como prioridade. E ela sempre está na boca de todos, principalmente num ano que o ano que vem é um ano eleitoral. E que, muitas vezes, nós colocamos que nós não devemos falar em política. Mas nós, como seres políticos, como somos, desde que nós nascemos, desde a barriga da nossa mãe, dentro da própria família, em todos os espaços, nós falamos em política. E a política como ser, e como Paulo Freire diz, que todos nós somos seres políticos, eu quero colocar aqui para vocês, esses meus 30 anos de magistério, fui também professora da rede municipal, do município pequeno, lá em Caibaté, na região das Missões, e fui também conselheira do Fundeb na época, que veio como destaque para o investimento na educação de uma forma que fosse paritária das sobras da questão dos impostos. Depois pelo Fundep. E depois nossa luta nacional pelo piso nacional na carreira. O nome já diz, piso na carreira. Isso, quando nós fazíamos a luta, eu era diretora do Núcleo de São Luiz Gonzaga, e naquela época eu dizia, que bom que veio o piso, porque é um resgate da nossa identidade, e da nossa valorização como educadora e como educadora, e principalmente a nossa dignidade como educadora e educadora. E cada vez que a gente vê que para nós podermos conquistar o piso, e que hoje a lei do Fundef, eu também sou do conselho do Fundeb, represento o CEPERS, no conselho do Fundep estadual, e cada vez que nós estamos lá debatendo as questões dos valores que devem ser revertidos para a educação, dentro do financiamento da educação, sempre nós temos um passo aonde o Estado diz, vocês são muitos, são muitos, e vocês sabem que para pagar nós temos dificuldade. Mas aí eu fico pensando, e a arrecadação? Se todos nós pagamos os nossos impostos. O ICMS, como o Alex, que antecedeu aqui, disse, como é um celeiro rico, a região de vocês, mais uma vez a gente vê que é ser colocado de lado se diz que não tem como pagar a lei do piso. Se é lei, ela tem que ser cumprida. Só que cada vez mais nós vemos o poder público sendo colocado de lado e não priorizando a educação. Espero que o ano que vem, que é um ano eleitoral, e que nós temos que fazer esse chamamento, e principalmente nós, do CEPERS Sindicato, que fizemos a luta em 2019, e que colocávamos o que eles fizeram? Mexeram com o nosso plano carreira para pagar o piso e deixaram de lado os profissionais, os aposentados, que hoje têm que voltar a pagar previdência. Pois uma vida descontando o IPE Previdência, tiveram que voltar a pagar o IPE Previdência. Tudo isso dentro de um caso que a ONU se coloca como prioridade a educação, onde se coloca que deveria investir mais em educação, o que nós temos? Estamos aqui hoje, com o poder público, acho que o prefeito que se encontra aqui, mais uma vez nós temos a Mercê, no município de Beiaçá, que pode estar querendo mexer com o plano de carreira para poder pagar o piso, gente. E

quando nós fizemos a luta lá em 2008, e bem antes disso, nós lutávamos e dizíamos, nós queremos o piso sim, mas o piso na carreira, que não mexam com o nosso plano de carreira. E isso nós, no Estado do Rio Grande do Sul, nós vimos isso, e não foi por falta de luta. Fizemos muita luta, com certeza que a Câmara dos Vereadores do município de Beiaçá também fizeram moções de apoio a nós, professores da rede estadual. Então, mais uma vez, nós estamos aqui e precisamos, sim, da ajuda de toda a sociedade. A sociedade tem que entender. Todos que aqui passaram falaram da importância da educação, o quanto nós somos importantes. Vocês imaginam, sem o professor, o que seria sem a professora? O que seria? Muitos de vocês que tiveram formação passaram por uma mão do professor ou de uma professora. E, mesmo assim, quando a gente vê, é colocado de lado e nos colocam como vocação. Nós não trabalhamos por amor, nós trabalhamos com amor. E, por nós trabalharmos com amor, nós precisamos, sim, que nos respeite como educador e como educadora. Para isso, nós precisamos, sim, de mais investimento na educação. E que valorize o que realmente é o piso salarial profissional nacional e que nós, cada vez mais, nós, quanto à nossa confederação, fizemos o debate, o CEPERS faz o debate. Espero que, hoje, aqui, nessa sala cheia, vocês entendam. Cada um que falou aqui colocou como importância a educação. E, quando nós falamos da valorização da educação, não podemos esquecer que a educação é pública, laica, gratuita, democrática e de referencial social. Porque nós formamos vida e precisamos ser valorizados. Cumpra-se a lei, pague o piso na carreira. Obrigada. Prosseguindo com a última inscrição da entidade, que é o presidente da AVENOR, Associação de Vereadores da Região Nordeste, Altamir. Boa noite a todos. Senhor presidente, Marcelo, vereadores, Silmara, nossa também representante da AVENOR, prefeito, vice -prefeito, vereadores também de Lagoa Vermelha, se fazem presente, entidades, pais, professores, que estão aqui lutando pelos seus direitos e uma luta muito justa. Eu sou o professor Altamir de Tapejara, há 26 anos sou professor municipal, 22 estadual, estou vereador segundo mandato e também estou presidente da AVENOR. Jones também foi presidente da AVENOR na gestão anterior, fui seu vice e hoje estamos aqui. E venho aqui em nome da AVENOR agradecer ao convite do Marcelo para estar aqui neste momento muito importante para a educação e também à Paola, que também é nossa colega professora lá no município de Tapejara, também as professoras que nos acompanham de Tapejara, a professora Fabiana também vice -presidente do sindicato dos Trabalhadores na Prefeitura, do SINCEPT, também está representando o sindicato, do qual temos lá quase 500 filiados. E neste momento então venho aqui colocar a AVENOR à disposição de todos os professores, de todas as entidades, para que for possível, através de indicações, de emoções, de audiências públicas, a gente está à disposição para que realmente o nosso grito de professor seja ouvido e que tudo que foi falado aqui foi muito importante e é realidade. Então não precisa eu estar dizendo mais nada, só colocar à disposição e esses pais que vieram dar seu depoimento, os professores que deram seu depoimento, é muito emocionante, senhor presidente e colegas vereadores, e a gente coloca, né Silmara, a entidade à disposição dos professores para o que for possível. Sabemos que na

nossa associação tem todos os partidos representados, temos municípios aqui da nossa região, mas o que for possível, eu tenho certeza que todos os vereadores vão estar apoiando, porque ninguém é contra, não tem como ser contra uma categoria tão importante dessa. E como se disse aqui, a lei tem que ser cumprida. Por que não está sendo cumprida? Vamos, os legislativos, ajudar os executivos para que ela seja cumprida na sua integralidade, porque a professora que falou aqui falou tudo. Não é vocação, não é por amor, é fazer com amor. E com amor é por estar satisfeito. Então, mais uma vez, obrigado pelo convite, a Avenor está à disposição dos professores, à disposição das câmaras de vereadores, e também do executivo para conversar e chegar ao entendimento para que realmente aconteça a valorização dos profissionais de educação, que com certeza toda a sociedade sai ganhando. Muito obrigado a todos e parabéns pelo evento. O próximo, Ronieri Bosa, ele é professor e vereador. Presidente Marcelo, em seu nome, saúdo a todos os colegas vereadores aqui presentes, as autoridades municipais, e uma saudação toda especial aos meus colegas de profissão e de carreira. Assim como o professor Alex e o professor Juarez Lourençon, eu também sou graduado em História, há 16 anos, estou em sala de aula. E professor de História invariavelmente gosta de contar histórias. E, prefeito Ulisses, eu gostaria que o senhor, em especial, prestasse atenção em uma das histórias que eu vou contar, porque eu acho que o exemplo é uma coisa que educa. E eu trago uma história que, por trás dela, também traz um exemplo muito triste da comunidade de Lagoa Vermelha. Há algum tempo atrás, o nosso prefeito foi presidente dessa entidade que foi mencionada aqui, que reúne os prefeitos da nossa região. Naquele momento, o prefeito negociava com os professores municipais em Lagoa Vermelha, prometendo efetuar o pagamento do piso, mas dizendo da insegurança jurídica, da necessidade de trabalhar mais a questão da legalidade do pagamento. Prefeito Ulisses, concomitantemente a isso, com uma falta de hombridade, nós fomos pegos de surpresa em Lagoa Vermelha quando a Avenor entra na Justiça pedindo para não pagar o piso dos professores. Aquele mesmo piso que havia sido prometido para nós em audiência junto à Associação dos Professores Municipais. Ficamos muito tristes lá. E, olha só, essa é uma conjuntura, somada à história que eu vou contar agora, que revela algo que, no meu entendimento, não pode ser uma mera coincidência. Talvez esta seja uma postura ideológica ou mesmo uma cartilha partidária. Quando a gente fala que não pode levar esse discurso para o campo político, eu concordo e, ao mesmo tempo, discordo. Nós estamos aqui realizando um movimento político, mesmo mantendo o viés partidário. Então a política vai interferir, sim, nas nossas decisões, no nosso dia a dia. E aqui eu preciso fazer uma ressalva, meus colegas vereadores. Uma boa Câmara salva até mesmo o município dos governos ruins. E, infelizmente, isso não aconteceu em Lagoa Vermelha em momentos importantes para a carreira dos professores. Nós, como bem foi colocado, já passamos por um processo de reformulação do nosso piso. Aliás, do nosso plano de carreira. O nosso plano de carreira sofreu algumas das alterações, as modificações que foram sugeridas na reunião da Amunor. Sabe qual é o resultado disso, prefeito Ulisse, depois de três anos? Um município que vinha batendo e superando as metas

propostas pelo IDEB deixou de alcançar, de conquistar os índices do IDEB e hoje Lagoa Vermelha está entre os 20 piores municípios do estado do Rio Grande do Sul nos indicadores de educação medidos este ano pelo Governo do Estado, cujo retorno do ICMS a partir do ano que vem será a partir desses dados. Para mim, enquanto professor, vereador de quarto mandato e secretário, é uma vergonha, é um outrage vir aqui contar uma história dessas para os colegas. Mas serve de exemplo, prefeito Ulisse, do que não deve ser feito com a classe. O nosso plano de carreira hoje prevê lá valorização do magistério, fala no piso, fala em questões maravilhosas que não são cumpridas. Sabe o que se cumpre lá? Avaliação. Avaliação da carreira, avaliação de desempenho. Isso se cumpre. O resultado disso, morro abaixo. Nós sequer batemos os índices que foram propostos pelo próprio IDEB. Então, o exemplo educa. E esse é um exemplo de que, com certeza, prefeito, o senhor não... E aqui fica um pedido, por favor, não siga a conversa com o nosso prefeito lá, absorva as experiências positivas, mas essas dificuldades já estão sendo observadas nos municípios da região. Ibiassá não precisa passar por isso. O senhor não precisa passar por esse constrangimento, impor esse constrangimento, esse fardo para os nossos colegas aqui nesse município também. Eu ainda quero complementar, falando a respeito da questão da insegurança jurídica e da falta de recursos. E aqui, de novo, me parece que há uma cartilha que está sendo colocada de forma muito meticulosa. Primeiro, a desculpa que ouvíamos em Lagoa Vermelha, e que me parece foi colocada aqui também, é sobre a insegurança jurídica para o apagamento do piso. Recentemente, como foi mencionado, essa etapa foi vencida. Eis que, no momento que isso acontece, o discurso muda. E não é mais a insegurança jurídica que impede o pagamento do piso aos professores, mas agora é a falta de recursos. Então é algo que me deixa muito preocupado, porque se de um momento para o outro falta recursos, quer dizer que falta gestão. Se antes não faltava recurso, então o problema, sendo jurídico, está vencido e o piso deve ser pago. Ou há alguma outra coisa que deve ser colocada aqui na mesa. E é dentro desse contexto que eu gostaria, colegas vereadores, de colocar que lá em Lagoa Vermelha a gente tem feito um estudo metucioso a respeito do nosso Fundeb. Porque o Fundeb é a principal fonte de financiamento para o pagamento dos profissionais da educação. E cada vez que aumenta o piso nacional dos professores, aumenta o Fundeb na mesma proporção. Porque o custo aluno é o gatilho que diz qual vai ser o piso dos professores e qual é o reajuste desse fundo. Então os municípios, num primeiro momento, contestaram na justiça o pagamento do piso. Mas o recebimento do dinheiro a mais, não. Quer dizer, receberam o dinheiro para efetuar o pagamento do piso, não nos pagaram por insegurança jurídica. Aonde foi parar esse dinheiro? Em Lagoa Vermelha. Eu sei onde está. O prefeito está sendo mal aplicado. Espero que isso não esteja acontecendo em Ibiassá. Ainda dentro das observações a respeito da aplicação dos recursos, eu observo alguns políticos que falam nós investimos 25%, 26%, 28 % da receita do município em educação. Estão investindo o mínimo constitucional e colocam isso como se fosse algo de muito mérito, de muito valor. Mas além desses recursos obrigatórios, existem outras fontes de financiamento. E aí entra a questão da palavra prioridade.

Eu lembro que em Lagoa Vermelha, quando fizemos audiência, eu citei lá que a prioridade do governo do meu município era gastar dinheiro com publicidade, com jornal, com propaganda, e não com o pagamento do piso dos professores. Quero que isso não esteja acontecendo em outros municípios da região. Mas aqui faço um convite aos colegas que deem uma olhadinha na programação, ou melhor dizendo, nos empenhos da programação natalina, que eu, prefeito, achei bem valorizada, vou colocar dessa forma. Se os professores fossem valorizados tanto quanto o evento natalino será aqui no vosso município, tenho certeza nós teríamos uma educação de primeiro mundo. Eu quero concluir dizendo que este argumento de que falta dinheiro, ele não passa na minha garganta e não deve passar na garganta de colega algum. Quando nós olhamos as prefeituras abarrotadas de cargos em comissão, gastos supérfluos sendo feitos em todas as áreas, e o dinheiro do Fundeb sendo mal aplicado, nós não podemos nos conformar com isso, e momentos como esses têm que ser cada vez mais frequentes, e a verdade tem que ser dita e tem que vir à tona, porque a sociedade precisa compreender que essa luta não é dos professores. Essa luta é de todos nós. Porque enquanto estamos aqui falando de educação e de magistério, estamos falando do futuro da nossa nação. Obrigado. Dando prosseguimento ao assessor do deputado Marcon, Elton Dalmoro. Com a palavra. Boa noite a todos e a todas. Cumprimento aqui os vereadores, presidente da Câmara, prefeito municipal, ex -prefeito Claudião está ali presente, as entidades aqui dos professores, em especial então cada professora, cada professora que está aqui nessa noite, e agradecer aqui em nome do deputado Marcon o convite, a professora Paola que nos convidou. Felizmente o deputado não pode estar presente, mas viemos aqui em nome dele, como estivemos lá em Lagoa Vermelha também atendendo o convite, e dizer aqui em poucas palavras que a educação não precisa aqui a gente voltar a dizer da sua importância. Todos nós sabemos que o desenvolvimento de um país, de um município, de um estado, passa pela educação, pela valorização, enfim, por todo esse investimento que é necessário. Então acho que nós estamos aqui nesse momento importante aqui dos professores, parabeneizei já em Lagoa Vermelha pela luta, e acho que isso é uma luta justa, muito justa, porque a gente sabe, todos nós, pais, queremos os professores, os melhores professores e a melhor qualidade para a educação. Então nós precisamos que essa valorização dos professores seja feita também, para que a gente tenha cada vez mais uma educação melhor e mais desenvolvimento no nosso país, nos nossos municípios. Mas para isso a gente precisa que essa valorização aconteça de fato. Então acho que esse momento dessa luta que vocês, professores, estão fazendo, ela é louvável e a gente tem que parabenizar e que sirva de exemplo para outras categorias, outros setores da sociedade, outros servidores públicos que também precisam desta valorização. E quero colocar aqui, pelo deputado Marcão, a disposição aqui dos professores, a disposição da categoria, enfim, das entidades, dos municípios, para que a gente consiga, de fato, fazer com que essa lei do piso, que não é nem uma maravilha, mas é um pagamento, no mínimo, justo, para que os professores possam ter essa valorização. E a gente precisa, junto, fazer esse esforço. Acho que os municípios, o

Estado, o governo federal, os deputados, enfim, vereadores, a gente tem que fazer esse somatório para que a gente busque as condições para que isso aconteça. Então acho que há quem é prefeito, às vezes vai dizer que falta recurso, o governo federal é isso, outro é aquilo. Mas aquilo que a gente sabe que é, de fato, necessário e justo é que essa lei, que não é nenhuma coisa fora da realidade, ela seja cumprida e que os professores recebam esse salário, que não é nem um super salário, mas é um salário mínimo, justo, para valorização desses nobres professores que fazem esse trabalho tão importante para o desenvolvimento dos nossos municípios e do nosso país. Então deixar aqui à disposição o mandato do deputado Marcão, apesar de ser um pequeno agricultor, mas sabe da importância e de valorizar aqui a educação. Então se colocamos aqui à disposição de todos e, mais uma vez, parabenizá-los aí pela luta, continuem firme, porque outro dia dizia alguém lá em Lagoa Vermelha que mesmo que algo seja tão justo, mas sempre precisa da luta e do empenho para que a gente conquiste. Então continuem firme que tenho certeza que vocês vão conquistar esse direito de vocês. Muito obrigado. Concluímos, porém, mais uma etapa das manifestações. Agora é importante, para incrementar o debate, entramos na área jurídica com os advogados aqui presentes. Deixo à palavra à disposição do assessor jurídico do município e dos advogados que representam a associação dos professores municipais. Pode ser intercalado, não é? Um, o assessor, depois outro. Respeitando a tese de entendimento de cada um. Boa noite a todos. Minha saudação ao silentíssimo senhor prefeito, minha saudação ao silentíssimo presidente da Câmara dos Vereadores, demais vereadores, minha saudação aos professores e professoras aqui presentes e a todos da comunidade. Bom, meu nome é Renan Borges, sou advogado, atuo em defesa dos direitos dos professores, dentre esses direitos, o do Piso Nacional do Magistério. O que eu queria falar para vocês hoje é sobre a importância da luta. Os prefeitos e os municípios, eles estão unidos, unidos e ensaiados, como bem relatou o professor num episódio que vivenciei numa dessas reuniões. Então, só para esclarecer, existem 30 ações ajuizadas pelas associações dos municípios que visam a declaração da nulidade das portarias que reajustou o piso nos anos de 2022 e 2023. Nessas ações, eles conseguiram liminares que suspendeu o efeito dessas portarias. Bom, só para vocês entenderem o argumento que eles utilizam, é de que em 2020 houve a edição da nova lei do FUNDEB, que revogou a antiga, e nessa lei do FUNDEB é previsto o critério de reajuste do Piso Nacional do Magistério. Então, a lei do Piso, ela remete o critério de reajuste para a lei do FUNDEB. E como a lei do FUNDEB foi revogada, o argumento deles é de que a lei do Piso deve ser renovada, ou seja, editada uma nova lei que corresponda à nova lei do FUNDEB. Bom, o STF já manifestou em diversas oportunidades sobre a constitucionalidade da lei do Piso, inclusive recentemente através do julgamento da ADI 4848. Em todas elas, o STF afirmou que a lei do Piso é constitucional, inclusive o critério de reajuste após a emenda constitucional de 2020 que instituiu o novo FUNDEB. Bom, são questões jurídicas, mas o fato é que as limitações estão aí e que a gente precisa combater. Nós representamos a Associação dos Professores Municipais de Caseiros, que compõe também a região da Munuar, e nós fizemos um

recurso contra essas limitações, e esse recurso está para ser analisado no Tribunal Regional Federal, e ele busca a cassação dessas limitações na ação da Munoar. Nós acreditamos que, ou esperamos que, esse recurso seja provido, inclusive já está com parecer favorável do Ministério Público Federal, opinando pela cassação das limitações. Mas é preciso que a luta continue, é preciso que as demais associações de municípios, desculpe, as demais associações dos professores de municípios também promovam essa luta, inclusive vocês estão aqui hoje para isso, eu achei muito legal a frase que vocês têm na camiseta, lutem como um professor, então a ideia é exatamente essa. O apoio jurídico vocês têm, a gente está aqui para isso, o STF já se manifestou, como eu disse várias vezes, favorável à lei do piso, inclusive no julgamento da DI 4848, afirmou que o critério de reajuste que está sendo atacado nessas ações, ele é constitucional, manifestou também que a União realiza a complementação dos repasses aos municípios que não teriam condições de pagar o piso, então, caso o município não tenha condições, a União faz essa complementação da verba. Então, há argumentos favoráveis aos professores e a gente acredita que, se não agora, lá no final, essas ações ou essas limitações e essas ações vão cair e vai ser reconhecido, com certeza, o direito dos professores ao recebimento do piso nacional do magistério. Então, não desistam, a gente está com vocês, então, muito obrigado e contem conosco. O próximo... Tiago, Dr. Tiago. Boa noite a todos, boa noite, Excelentíssimo Senhor Prefeito, boa noite, Excelentíssimo Presidente desta Casa, da Câmara, demais edis, boa noite a todos os demais presentes, entidades, e minha saudação inicial aos professores que aqui estão, que organizaram esse movimento. Eu sou advogado de Soledade e queria trazer um relato e também uma complementação ao que o meu colega disse. Sim, eu sou advogado, estamos atuando na luta dos professores, mas o que pouca gente sabe, só a minha equipe com quem eu trabalho sabe, e a minha mãe, que sou professora também, sou filho de professores, então sei do que vocês passam nessa luta diária, que não se resume apenas em sala de aula, mas muito além disso, é que eu tenho TDAH, sou diagnosticado com TDAH. E eu tive muita dificuldade no meu período escolar em conseguir manter a concentração, o foco, por um determinado período de tempo na matéria que estava sendo passada. E eu só consegui chegar onde eu cheguei também, foi graças ao intermédio dos professores, que foram capacitados o suficiente para enxergar que eu tinha esse problema e saber me passar o conteúdo de uma forma que eu conseguisse não só entender, mas manter a minha atenção por mais tempo. Então, quero dizer que é necessário, sim, valorizar os profissionais da educação, os professores, porque eles têm capacidade para identificar quando o aluno está com um determinado tipo de problema e saber trabalhar com isso, e o professor só vai conseguir fazer isso com excelência se ele for valorizado. Dito isso, o que eu quero complementar com o que o meu colega disse, é que, sim, há essas ações das associações dos municípios em que elas conseguiram liminares para suspender o pagamento do piso. Ocorre que um dos argumentos também utilizados, além dessa questão da nova lei do Fundeb, eles utilizam de amparo a emenda constitucional 108, de 2020, que instituiu o artigo 212 -A na Constituição Federal, em que lá diz

que a lei do piso regulará a situação do pagamento do plano do piso para os professores. Isso gerou uma controvérsia que seria necessário a elaboração de uma nova lei do piso. Só que o STF também derrubou isso no julgamento da ADIN 4848, em que determinou como constitucional os critérios adotados para a revisão do plano do piso. Tanto que o ministro André Medonça apresentou voto vogal dizendo que a emenda constitucional 108, de 2020, não acarretou num processo de inconstitucionalização da lei do piso 11.738, de 2008. Ou seja, a lei do piso de 2008 ainda continua em vigor. E o nosso ordenamento jurídico determina que apenas nova lei revogará a lei anterior. Se nova lei não revogar a lei anterior, ou essa lei não for declarada inconstitucional, ou se ela continuar sendo recepcionada pela Constituição Federal, como foi o caso da lei do piso, através das emendas da emenda constitucional 108, ela continua em vigor. Aliás, a lei de introdução às normas do direito brasileiro diz que a lei, se não for revogada, ela continua em vigor. Como não houve o processo de revogação da lei, a lei do piso ainda é constitucional e continua em vigor e deve ser cumprida. Outra questão que é necessária esclarecer é que o Ministério Público Federal, através da sua equipe de trabalho e de coordenação, elaborou uma representação para que, dizendo que a nova lei do Fundeb, ela segue os mesmos requisitos da antiga lei. Ou seja, ela manteve o espírito da antiga lei e, por conta disso, não há necessidade da elaboração de uma nova lei do piso. Basta cumprir, interpretar -se de uma forma significativa que, quando a lei do piso remete para a antiga lei do Fundeb, fazer essa interpretação com a nova lei do Fundeb. É isso que o Ministério Público Federal também diz na sua representação. E, por fim, não quero me alongar demais, eu quero dizer que essa luta de vocês é de suma importância. E, como dizia Marx, aos trabalhadores que se unirem não terão nada a perder, a menos romper com os grilhões daqueles que os oprimem. E, na minha opinião, fazer com que haja essa controvérsia de fazer escolher ou paga o piso ou mexe na carreira, é uma forma de opressão. E lutar pelos seus direitos, reivindicar o seu direito, é lutar também contra um sistema de opressão. Então, quero saudar aqui os professores, sei da importância da luta de vocês, estamos juntos nessa situação. E eu quero dizer que a lei do piso nada mais é que a implementação do que diz a Constituição Federal, no seu artigo 206, em que diz a valorização dos profissionais da educação, que foi copiada também, representada na Lei de Diretrizes Bases da Educação, que fala também que os profissionais da educação, os professores, devem ser valorizados. E também no Plano Nacional de Educação, que estabeleceu metas, e uma dessas metas, a meta 17, estabelece como forma de devalorização do professor a remuneração, uma remuneração justa e digna. Muito obrigado. Sessão de ordem. Prosseguimos também com o representante Macario. Boa noite a todos. Meu nome é Macario Serrano Elias, eu também sou advogado, componho a equipe com o doutor Carlos. A gente coordena o Instituto de Defesa Popular. Em primeiro lugar, gostaria de saudar aqui o excelentíssimo senhor prefeito, o senhor vice -prefeito, o senhor presidente da Câmara, e os demais edis, a todas as autoridades, senhoras e senhores, e a todos os professores em especial, que estão aqui essa noite. E eu gostaria também de parabenizar, porque uma véspera de feriado, a gente está aqui valorizando e

promovendo esse debate, e isso é exercício de cidadania, é exercício de democracia, e isso é construção de uma sociedade. Então, eu acho que, sabe, nós estamos todos de parabéns, a gente veio de fora, e eu acho que esse debate é um dos debates mais importantes que nós estamos travando na nossa sociedade nos dias atuais. A valorização dos professores, ela não necessitaria de uma lei, porque é obrigatoriamente, a Constituição já traz todos os princípios da valorização da educação, do ensino dos professores, e a gente se depara hoje com uma realidade que, além da questão do piso, que, conforme relatou aqui o Alex, do Cepers, levou 20 anos da Constituição Federal de 1988, para ser implementada a lei do piso, e agora há mais 15 para a gente trazer esse debate, 15 anos que a lei não é implementada na maioria dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Então, eu acho que isso é uma situação grave, e que remete a essa reflexão, e que os professores, inclusive, sim, têm que buscar o apoio da comunidade, da sociedade em geral, e de todas as autoridades possíveis. E, essencialmente, tentar promover um debate, como a gente iniciou lá em Lagoa Vermelha, nós solicitamos audiência, fomos conversar com o prefeito, e, em última análise, depois, diante da negativa, a gente promoveu uma ação judicial. Agora, ocorre que o diálogo que nós tivemos lá foi logo em seguida do deferimento dessas liminares. Na época, não havia ainda um julgamento final, agora, da ADIM 4848, aonde foi rechaçado de pronto todos esses argumentos que estão sendo usados pelas associações. Agora, isso é um debate jurídico. O debate jurídico, ele admite as controvérsias, só que, assim, agora, esses argumentos das liminares estão vencidos pelo argumento do STF, da ADIM 4848. Então, é muito importante, eu acho, que a gente tentar, primeiro, esse diálogo com os prefeitos, porque a questão é que as verbas do FUNDEB, elas estão vindo, são expressivas. E é isso que eu acho que a comunidade precisa buscar, não só o esclarecimento, mas, acima de tudo, também auxiliar o prefeito a encontrar a melhor forma de aplicar essas verbas, entre as quais a valorização do piso. Então, eu acho que, assim, para as prefeituras que tiverem problema com a insuficiência da verba, é possível, também, buscar complementação. E essas complementações, sim, elas têm uma série de requisitos que vão desde o censo escolar, que eu acho que isso, inclusive, tem que ser um exercício conjunto, não é só a Secretaria de Educação, a participação dos professores, o estímulo da comunidade de uma maneira geral, tudo isso é um somatório que vai conduzindo a essa construção, que eu acho que é muito importante, porque, assim, a conscientização, também, da Câmara de Vereadores, e, essencialmente, do Executivo, eu acho que isso é um debate, pessoal, muito sério, e não se resume à questão da insegurança jurídica, porque as verbas existem. E, agora, por último, esse argumento de que não tem verba, eu acho que é muito importante descer a um debate com o Conselho Municipal e verificar aonde estão sendo aplicadas as verbas, se, efetivamente, estão sendo cumpridos os requisitos, isso, inclusive, para esse movimento dos professores, nós estamos surgindo junto com, sugerindo junto ao Cepers, a criação de um observatório ou de observatórios regionais, para que sejam verificadas, exatamente, a extensão da aplicação dessas verbas. Eu acho que, assim, isso para o Município, para a Prefeitura e para o Prefeito,

como um político, é, de uma certa forma, o cumprimento da lei e, essencialmente, da valorização dos professores. Eu sou, também, filho de professora, eu sei o que é a gente, quando criança, ficar esperando em casa a mãe sair para formação em outras cidades e, essencialmente, tudo para buscar uma valorização e, também, para poder aprender e praticar isso dentro da sala de aula. Então, pessoal, assim, o surgimento desse movimento dos professores, ele começou lá em caseiros, com a Cristiane, depois com a Andrea, depois veio a Paola, então, eu acho que isso é uma demonstração de que os professores estão acordando. Lá em Lagoa Vermelha se chamou a Revolução dos Professores e eu acho que está na hora dos professores fazerem a lição de casa. Buscar, um por um, o apoio de todos somar nessas fileiras e fazer com que esses argumentos sejam, não só esclarecidos diante da comunidade, mas, essencialmente, o convencimento, porque o prefeito pode ser convencido. O prefeito pode, não só, é uma decisão política dele dizer que a questão da insegurança jurídica está superada. Ele tem que ter segurança, efetivamente, para praticar os seus atos e para tomar as suas decisões. E, essencialmente, essa questão da insegurança jurídica está superada hoje. Agora, a questão é o argumento da valorização dos professores com a verba que veio do Fundeb. E aqui, em Ibiassá, a gente pode, também, conversar com o grupo dos professores, com a prefeitura, para tentar procurar esses esclarecimentos e, se for o caso, buscar também complementação para reconhecimento dos professores. A gente fica à disposição para qualquer esclarecimento e deixamos aqui a nossa solidariedade a esse movimento e pedimos, também, além da compreensão, a participação da comunidade para que integre essas fileiras e para que traga para o município, além da valorização dos professores, a melhor qualidade do ensino. Uma boa noite a todos e obrigado pela atenção. Respeitando as controvérsias jurídicas, chamamos agora, pode ser a doutora Tatiana ou o doutor Márcio. Pode ser a doutora Tatiana. Então, boa noite a todos. É uma grande satisfação estar na presença de todos vocês. Cumprimento todo o Legislativo Municipal, também o Executivo, os meus colegas que me antecederam aqui. Já tivemos oportunidade de nos encontrar em uma reunião online com o doutor Macario. Então, eu sou a Tatiana e trabalho na área de Direito Público há mais de 16 anos como advogada do Sindicato dos Municipários de Vacaria, com mais de 1.400 associados. Então, a gente já conhece essa luta dos servidores públicos em geral e também dos professores de longa data. E eu estou patrocinando as ações judiciais dos professores aqui de IBSA para pagamento do Piso Nacional do Magistério. Ingressamos com as ações em 2022 em função de que embora haja esta lei federal, esta previsão, nós não temos essa implementação do salário dos professores. É uma matéria bastante técnica quando se fala de questão jurídica e eu gosto sempre de falar isso da maneira mais simples possível para que mesmo as pessoas que não tenham esse conhecimento técnico possam entender. Eu costumo dizer que direito não é matemática, porque em matemática um e um sempre serão dois. Entretanto, em direito nós temos as mais diversas formas de interpretação que nos abre um leque muito grande de discussões e isso que vem acontecendo em relação ao Piso Nacional do Magistério. Então foram levantadas

várias questões jurídicas e essas questões já foram levadas por duas oportunidades ao STF. Nós temos julgamentos de duas ADINS e nestas duas oportunidades o STF já entendeu da constitucionalidade e da validade do Piso Nacional do Magistério da sua forma de reajuste também sendo válida. Então, na realidade, nós não temos mais questões jurídicas ou melhor, a chamada insegurança jurídica pendente. A Suprema Corte do país já definiu pela constitucionalidade mesmo depois da Emenda Constitucional 108, mesmo depois da publicação da nova lei do Fundeb. O critério de reajuste da antiga lei do Fundeb e da atual é exatamente o mesmo. Não há diferenças. Então, em relação à questão da Emenda Constitucional 108 e 2020, dispor de que há necessidade de publicação de lei para que haja o reajuste, a lei já existe. A lei do Piso Nacional do Magistério já existe. Ela não foi revogada, como os colegas que me antecederam aqui já fizeram questão de frisar. O artigo segundo da lei de introdução às normas brasileiras, ele é muito claro. Ele determina que se a lei não for temporária, ela continua vigente até que haja uma nova lei que a modifique ou revogue. Não houve revogação da lei do Piso. Então, ela é vigente. Então, me parece que está muito claro que inexistem inseguranças jurídicas. Infelizmente, em relação ao município de Ibiassá, houve a interposição de uma ação judicial contra a União em que houve, então, o deferimento de uma liminar para a suspensão da lei do Piso. Essa ação ainda não foi julgada e acredito que, com o julgamento da ADIN 4848 pelo STF, nós teremos a improcedência desta lei, desculpe, desta ação e que isso nos levará à procedência das ações judiciais. Mas, realmente, como todos que antecederam aqui, me parece, no mínimo, imoral nós termos que discutir, termos que levar toda essa discussão judicial, aguardar toda essa discussão para que se possa implementar o direito ao recebimento do Piso pelos professores. Porque aqui nós temos também a questão da discricionariedade administrativa. Ou seja, o chefe do executivo tem o poder de conceder o reajuste que achar adequado, inclusive superior ao Piso, desde que atendido aos critérios legais. Então, não me parece sequer justo nós estarmos discutindo a legalidade quando o município de Ibiacá tem um plano de carreira e que pode, sim, que o chefe do executivo pode conceder esse reajuste para os professores, mesmo havendo pendências em discussões judiciais referentes ao Piso. E essas pendências já não existem mais, foram ultrapassadas pelo julgamento do STF. Então, em relação ao limite prudencial pelas informações que temos também, o município de Ibiacá possui plena capacidade financeira para conceder o pagamento do Piso aos seus professores. Então, nós não temos mais empecilho nenhum, seja pela questão da legalidade, seja pela questão da discricionariedade, seja pela questão da capacidade financeira do município de Ibiacá. Então, diante de todo este cenário, é essencial de que este piso seja imediatamente implementado aos profissionais de educação. Temos ações judiciais pendentes? Temos. Isso também não é impeditivo para que o município implemente, desde logo, o Piso Nacional do Magistério para os seus professores. Então, o não pagamento do Piso, além de constituir uma ilegalidade, é também uma imorabilidade, do meu ponto de vista. Porque o desenvolvimento de um município e a igualdade social, elas passam necessariamente pela educação e pela valorização

do profissional da educação. Então, é muito importante este debate que está sendo travado hoje e essencial que haja o cumprimento da legislação e também da valorização de todos os profissionais do Magistério. Muito obrigada. Com a palavra o Dr. Márcio Sor Jurídico, do município de Ibiaçá. Boa noite. Especialmente o presidente da Câmara de Vereadores, que está promovendo essa audiência pública. Em nome dele e a todos os edis aqui presentes. Ao prefeito, nosso vice -prefeito, os colegas de administração e a todos os professores que hoje fazem essa reivindicação e digo que é, no mínimo, justa. Digo isso porque também sou procurador das ações, como os doutores, colegas, das ações do PISO em municípios vizinhos e contra o Estado do Rio Grande do Sul. Nos municípios vizinhos, tive êxito em todas as ações. No Estado do Rio Grande do Sul, os doutores devem estar por dentro da situação, ela está pendente por estar suspensa. Então, quando fui consultado de uma situação aqui do município de Ibiaçá, em relação a legalidade de uma lei, meu parecer, foi de que não é legal, não está legalmente conduzido às portarias 67 e às 017. Os professores dessa cidade vizinha também me procuraram para ingressar com ação, como fizeram a doutora aqui, representando os professores, e eu aconselhei que não. Não era momento, porque eu entendia que não era devido. Nenhum dos professores ingressaram. Contra esse município que eu ganhei todas essas ações. Fato. Isso aqui é só para ilustrar um pouco do conhecimento também que a gente tem da matéria, e do que a gente está levando. Primeiramente, trazendo esclarecimento aos professores e aos procuradores aqui presentes, nosso direito, como vocês já bem falaram, é de controversas. E assim a gente está respaldado. E digo a vocês, em nenhum momento a ADIN 4848 se refere às portarias 67 e 017. Em nenhum momento. Ou seja, essas ações que se alegam a ADIN 4848, é uma ação em que o estado do Rio Grande do Sul, em qual eu sou procurador dos professores, não reconhecia o piso salarial. Esse é o assunto. Não confundimos com o reajuste que está sendo discutido. Bem pelo contrário. Por que os tribunais federais estão dando as liminares, estão dando sentenças, já tem sentenças, confirmando a ilegalidade dessas portarias? Será que quem conhece não conhece? Digo isso em tribunais federais, porque a competência legal para se discutir essa ação é nos tribunais federais. Na Justiça Federal. Só para também esclarecer alguns fatos cronológicos, e desculpa doutor, eu não ia entrar no mérito. Mas, em moral, e talvez leviano, é a colocação que a senhora coloca aqui do município de Ibiaçá, sem saber a realidade. Ou melhor, a senhora sabe uma sim. A senhora sabe que o município tem capacidade financeira, e que é bem dirido e tem dinheiro para pagar o piso dos professores, caso seja determinado por lei. O que, até agora, isso não aconteceu. O município de Ibiaçá, ele foi acionado pelos professores, porque, antes disso, vamos voltar um pouquinho. Nós tivemos duas reuniões com os professores. A grande maioria de vocês estava presente. O prefeito justificou a impossibilidade de repassar o reajuste. Não falou em momento algum de não ter capacidade financeira. Isso, o município tem. Por ser bem administrado. Porém, não entramos num consenso, porque vocês sabem que, desculpa, estou fazendo nomes aqui, mas o vereador de Targoa Vermelha, também desculpa, mas deveria conhecer, que o município é um elemento público. É regido

por leis. E tudo o que o prefeito faz sem que esteja um regramento legal, ele vai responder por isso. Como que um prefeito, e desculpa, professor, e falo colega porque também sou professor, colega e vereador, o senhor deve saber as atribuições quem fiscaliza todas as ações do ente municipal. Vamos lá pela ordem cronológica, as duas reuniões. O prefeito me consultou, eu no meu entendimento, e achei que era a ilegalidade das duas portarias, e nós falamos que, a partir do momento que fosse reconhecido, e essa é a vontade do prefeito, de fazer com que os professores sejam valorizados sim. Ou seja, que se tiver que legalmente se conceder esses reajustes, não haverá problema nenhum. Nem capacidade financeira. Isso ficou claro nas duas reuniões que tivemos. Depois, prosseguindo, quem ingressou com as ações, primeiro foram os professores. O município estava esperando que se resolvesse essa situação das liminares, pra poder pagar os professores. O que até agora não aconteceu. Resultado, os professores ingressaram com ação, o município teve que se defender, e ainda entrou com uma ação de inconstitucionalidade, ou ação de nulidade de ato administrativo. Tivemos êxito liminarmente, a doutora já falou, os doutores já falaram, e que a insegurança jurídica ainda persiste. É essa a nossa única obstáculo pra que seja feito essas reposições. Divergências, a lei, ela é interpretária de várias formas. Mas vou frisar aqui que os tribunais, e não é o Márcio que está dizendo, não é o prefeito Lice que está dizendo, não é o vice Jones, é os tribunais federais que são competentes pra lidar com essas ações, estão suspendendo, estão julgando inconstitucional. Já coloco, desde já é disposição pra todos, cheguem na prefeitura, eu passo todos esses dados pra vocês. Isso é fato. Não estou aqui falando de boca pra fora pra agradar um ou outro. Isso é fato. Está claro aqui, pessoal, tenho todas essas ações, tenho todos esses documentos à disposição de vocês. Doutores, doutora, com a devida vênua, desculpa a nossa divergência, mas o direito se faz disso. E eu estou aqui trazendo fatos, fatos que ocorreram e que estão acontecendo. Então, quando se fala em valorização de professores, eu tenho minha esposa que é professora, tenho minha irmã que é professora, eu sei o que é isso. E também sei das ações que eu ganhei, judicialmente, dos professores da cidade onde atuei. E luto por isso. Luto por isso aqui dentro da prefeitura, desde que seja legal. Até porque se prefeito, como a doutora disse, que é no mínimo moral porque não dá, porque não quer esse reajuste, em verídica, doutora, porque o prefeito está sendo fiscalizado, e se ele der aumento superior e que passe ao percentual de folha de pagamento, ele responde. Dentro do nosso direito, quando se fala em reajustes aqui, a gente não pode só trazer para um viés, ou só para um ramo do direito. Nós temos que trazer para o direito público, especialmente porque o prefeito responde pelos seus atos. E isso, essas controvérsias, não sou eu, não são os doutores que vão decidir. São os tribunais. E até então, nós temos respaldo judicial para continuarmos com essa insegurança jurídica, em que em nenhum momento o prefeito Ulisses se negou a pagar, desde que seja resolvido esse embrolho judicial. Isso ficou muito claro para vocês nas reuniões que teve. Peço desculpa, talvez pela colocação pouco, mas, como eu disse aqui, pessoal, tenho fatos. Só fatos e está à disposição de vocês. Não falei nenhuma em verdade. O que se busca aqui é justiça. Justiça pelo trabalho dos

professores, a valorização de vocês, mas também não correr em irresponsabilidade para a administração pública. Eu agradeço a atenção de vocês, aos professores, meu especial abraço e dizer que, dentro da legalidade, o prefeito Ulisses, o vice Jones, eu, como jurídico, estaremos do lado de vocês e, se tiver que promover, e se tiver não, e se for o direito de vocês receber esses reajustes pela lei, reconhecido pela lei, vocês não tenham a mínima dúvida que isso ocorrerá. Muito obrigado. Presidente, dois minutos. Obrigado pelo deferimento. Eu fiz um pedido de réplica aqui. Com todo o respeito ao colega doutor Márcio, a trajetória dele, que a gente também não tem maiores informações, mas, enfim, é um colega que merece o respeito. Agora, com todo esse respeito, não só divergimos, mas eu acho que é importante a gente tornar claro que esse fator de insegurança jurídica está sendo produzido e provocado pelos municípios. Porque mesmo que a ADIN 4848 não tem especificamente noticiado os números das portarias, na forma de reajuste ela já endossou. Que a forma de reajuste do piso já está consolidada, porque todos os reajustes foram feitos por portaria, doutor Márcio. Então o senhor me desculpa, mas o seu argumento é sofista. Porque o senhor usa uma premissa menor falsa para alcançar uma premissa maior verdadeira. Então esse seu argumento de insegurança jurídica é como quem cria a dificuldade para vender uma facilidade. Ou seja, os prefeitos criaram um argumento, e isso é falso. Isso é falso. E isso vai repercutir na continuidade da política. E aqui estamos com os professores para fazer a lição de casa. E é isso que vocês precisam. É distinguir o que está acontecendo efetivamente não só aqui em Ebiassá, mas na maioria do Rio Grande do Sul, que os prefeitos avocaram a si como se fossem os donos da cidade. E não são. A cidade é da sociedade. E eles podem passar na próxima eleição pela aprovação de vocês. Então é isso que os professores têm que fazer. É esse o papel da revolução dos professores. É tornar consciente a sociedade. É tornar esclarecidos os fatos. E trazer à luz o que efetivamente tem que ser esclarecido. Porque, pessoal, a luta pelo direito é a poesia do caráter. E nós estamos aqui para defender que os professores não só sejam valorizados, mas que os professores aprendam e ensinem a sociedade a ler um orçamento, a administrar um orçamento, a fiscalizar um orçamento e, essencialmente, professores, a integrar e disputar o Conselho Municipal, porque é esse que tem a fiscalização das verbas do Fundeb. E é isso que nós temos que fazer ver. E como eu esqueci na última intervenção, a questão do piso, nós entendemos que não tem mais essa insegurança jurídica. O STF já disse isso, com todo respeito à divergência do doutor Márcio. A questão do piso, do plano de carreira, nós vamos ter que fazer uma unificação a nível nacional para aquele estatuto ou para a lei geral do plano de carreira, um plano de carreira mínimo. Ao menos isso. Pode dar mais? Pode, de acordo com a valorização. Agora, pessoal, as verbas do Fundeb, essas merecem um observatório geral. Pedimos, inclusive, atenção especial do CEPERS nisso, porque é muito importante que vocês vejam aonde estão indo as verbas, porque dinheiro vem. O dinheiro veio, está aí e tem bastante, pessoal. Então, o que nós precisamos é a fiscalização e o controle disso. Muito obrigado pela réplica. Não se permite mais a préplica, não tem mais. A réplica, sim. A réplica, sim. Dois minutinhos, depois do doutor Márcio. Bom, eu só gostaria

de tratar dois pontos específicos, até para a gente não se prolongar muito, porque eu tenho certeza que aqui tem muita gente que tem argumento para a noite inteira, né? Mas, assim, que o doutor Márcio mencionou sobre as questões da Justiça Federal. As questões da Justiça Federal, elas têm tido, aqui na região sul, até têm sido deferidos liminares. Mas essa não é uma realidade do país. Eu já vi ações da Justiça Federal sendo julgadas em precedente, ações que, isso com base ainda lá na primeira DI, não na 4848. E já vi decisões judiciais que extinguiram essas ações do município contra a União. Então, na realidade, e essa não é uma matéria pacificada, embora já tenham algumas sentenças judiciais, essas sentenças anteriores ao julgamento agora de setembro da DI 4848. E o segundo ponto, até que o doutor Márcio referiu, em relação à questão do reajuste e da responsabilidade fiscal do município. Quando eu falei da discricionariedade administrativa, é aquele ponto em que a administração municipal tem o livre arbítrio de definir aquilo que está dentro do seu poder discricionário. Então, o administrador, sim, pode conceder reajuste, inclusive superior ao piso, porque é um piso, não é um teto, isso é muito importante. E, obviamente, que tem que atender os critérios do limite legal. Sim, existe responsabilidade fiscal, mas até, como bem enfatizou o doutor Márcio, o município tem capacidade financeira e está muito distante do limite prudencial previsto pela lei de responsabilidade fiscal. Inclusive, o próprio prefeito já afirmou para os professores que tem condições de dar 50 % de reajuste para os professores do município de Ibiassá. Certamente, esta afirmação, ela é embasada em informações fornecidas pela sua assessoria jurídica, que já identificou que está distante do limite prudencial. Então, quando se fala em discricionariedade administrativa, é essa possibilidade que o administrador tem de conceder o reajuste, mesmo que não haja uma previsão em lei federal. É disso que eu falo. Obviamente, observando os critérios de responsabilidade fiscal, mas ao que se tem conhecimento, o município de Ibiassá, como bem administrado, tem plena capacidade financeira e condições de conceder um reajuste do piso ou até maior de 50%, como bem afirmou o prefeito. Então, essas considerações que eu gostaria de fazer. Dr. Marcio, dois minutos para a tréplica. Depois cerramos. Existem controvérsias, mas é dois minutinhos, aí continuamos com a palavra do prefeito posteriormente. Bom, pessoal, a advogada é ruim, né? Quando é cutucada, ele vem para responder. E desculpa, pessoal, e aos colegas, mas eu não estou aqui vendendo nenhum produto, não. Se tem alguém vendendo aqui, são vocês que me cutucaram. Certo? Só para trazer novamente a informação e a divergência persiste. Doutora, por que não junta nos autos do processo que a senhora ingressou contra o município essas jurisprudências? Não tem? Ótimo. Está ainda em tempo. O que interessa aqui para nós é o que está acontecendo, e não é o que está acontecendo aqui no nosso debate, advogados, que isso faz parte, pessoal, isso aqui faz parte de uma audiência comum do nosso dia a dia, né, doutores? Volta e meia a gente tem esse debate, e isso é normal das nossas audiências. Professores não levem por outro lado. Essa faz parte do nosso trabalho, do nosso dia a dia como advogado. Esses embates é frequente. Tá? Mas o que eu quero trazer aqui para vocês e frisar, e o doutor reconheceu, doutor Macari, em que

nenhum momento na ADIM 4848 faz menção às portarias 67 e 017. Já estou dizendo que a própria parte contrária está concordando. Então, pessoal, não está aqui ninguém para enganar ninguém. Fatos são fatos e se comprovam no papel e com decisões judiciais. Hoje nós estamos amparados com decisões judiciais. E olha, vou dizer uma coisa para vocês, torço, e isso é meu pessoal, desculpa, a administração, desculpa, torço para que os professores consigam se reajustar, porque eu sei o quanto é sofrido. Eu sei o quanto batalha. Eu sei o quanto de noite estou cuidando das crianças e a minha esposa está lá corrigindo prova e falando com outros professores nessas situações. Torço mesmo para que vocês consigam esses reajustes. Porém, nós, como entidade pública, nós somos norteados por regras. E, por enquanto, nós estamos impedidos de poder dar esses reajustes para vocês. Obrigado. Como vemos, audiência pública permite as discussões, os debates. Estamos dentro do horário ainda, seriam três horas, o limite, nove e meia, tem tempo ainda para debater mais um pouquinho. Chamamos o senhor prefeito municipal Ulisse Kim para sua palavra. Muito boa noite a todos. Cumprimentar, inicialmente, o nosso presidente da Câmara, o Marcelo, e seu nome, cumprimentar os demais vereadores, cumprimentar de uma maneira muito carinhosa os nossos professores, sejam eles da ativa ou da já aposentados, que estão aqui presentes, que nós temos um carinho muito especial pelos professores, e aqui estou para enfrentar também esse debate e conversar com os professores. Haja visto que quando a gente tem, quero cumprimentar aqui os doutores que estão aqui, as entidades que estão, nosso assessor jurídico, nossos secretários e alguns servidores que aqui estão também, nosso presidente do sindicato, que aqui está presente. Dizer que em nenhum momento eu fui contrário aos professores. Então acho que aqui também tem algumas inverdades que foram faladas aqui, por algumas pessoas, mas eu gostaria de aproveitar essa audiência pública, que quando eu recebi convite, eu não li direito, eu peço desculpa, eu achei que era uma audiência pública para discutir a educação do município. E aí depois que eu fui me atender, que era uma audiência pública de valorização do magistério, o qual se limitou praticamente até agora a discussão do piso salarial, que já foi debatido aqui pelos doutores, e eu não vou entrar no mérito da questão, porque quando eu chamei os professores aqui para a primeira reunião, lá em 2022, aqui nesse espaço, e não foi só uma reunião, como disse o doutor Márcio, o doutor jurídico, foram duas reuniões aqui, e recebi também a comissão dos professores no gabinete. E nunca disse que eu não iria pagar o piso se a lei me permitisse. Então eu acho que tenho que fazer essa ressalva aqui, e dizer que estou sim do lado dos professores, assim como estou do lado dos demais servidores do município. E assim como estou do lado da população ibizaense, da qual me elegeu, e da qual também tenho os seus direitos fundamentais reservados. Então, quero fazer essa introdução para dizer que estou sim aguardando. E como bem disse aqui a doutora Tatiana, só ela colocou palavras na minha boca de 50%, não é bem isso. Eu disse que se a lei... se a lei... Pessoal, vamos respeitar o tempo de quem está falando. Eu disse que se a lei colocasse 50%, não teria problema, nós iríamos cumprir a lei, assim como estou cumprindo a lei do piso dos agentes municipais de saúde, assim

como estou cumprindo com o cumpritivo do piso da enfermagem que era passado, eu nunca questioneei essa questão. Então estou cumprindo com aquilo que a lei me autoriza a fazer. E aqui muito bem falaram as coisas. Mas eu gostaria de aproveitar esse espaço, presidente Marcelo, para colocar alguns números, até para a comunidade entender, e até porque algumas pessoas se manifestaram aqui, com referência ao FUNDEB, e talvez elas desconheçam, pelo jeito a doutora Tatiana conhece muito de algumas coisas aqui. E aí a gente quer colocar isso também. Trazer esses números à tona para que a gente possa a comunidade que está nos assistindo, a qual aproveito para cumprimentar, os pais que aqui estiveram participando e parabéns pela coragem de estar aqui e fazer a defesa assim como o prefeito, como o vice -prefeito faz a defesa, como nossos vereadores fazem a defesa dos vereadores. Então parabéns por essa atitude, eu acho que é louvável. Sim. Mas quero dizer que na questão do FUNDEB, o nosso município está investindo, está pagando 96 % daquilo que recebe só com o salário dos professores. Fora todos os encargos e fora e esses 96 % ainda não contam todos os demais servidores do quadro da educação que poderiam ser atendidos pela lei do FUNDEB. Então nós estamos, sim, usando mais do que 100 % do recurso que nós recebemos para que a gente pode pagar o salário dos professores. E haja visto também que nossos professores, eles ganham pouco, sim. Mas são os melhores remunerados da nossa região. Hoje, professor de licenciatura, que entra no quadro do magistério aqui, está ganhando R \$ 2 .800 ,00 20 horas. Então, ninguém está ganhando e a maioria dos nossos professores do quadro hoje estão acima de R \$ 3 .000 ,00 por mês de 20 horas. Então acho que tem que ter... Eu disse, inclusive, na primeira reunião aqui, aquilo que a doutora Tatiana fala, eu disse, para mim, se ganhasse 5, 10, se o município pudesse pagar, ótimo, excelente. Eu passei por várias mãos de professores também, e sei o quanto é. Quantos professores me pegaram no colo. Então acho que tenho, eu respeito isso, mas quero trazer esse número aqui para vocês. Dos nossos municípios que foram levantados essas gestões, levantados dados, realmente o nosso é que paga o melhor salário e talvez ainda não seja o suficiente e não seja o merecido, principalmente. Então a gente está junto, aqui junto com nossos professores. Eu faço um comparativo com a própria escola, não vamos sair do município, vamos ficar com a própria escola Adelaida, a qual eu aproveito para saudar a diretora que está aqui de encontro, pessoal da direção, aliás. Enquanto se a valorização do professor, se o salário do professor é o suficiente para fazer a educação da melhor qualidade, nós deveríamos fazer um comparativo com o salário da escola estadual e com o salário dos municipais. Então acho que não é só isso, a qualidade da educação, ela passa também, e me desculpe aqui a professora que falou que eu até concordo em partes que não precisaria de uma sala e sim uma sombra, às vezes com giz na mão ela faria uma boa educação de qualidade. Eu acho que sim, nós temos que dar condições aos nossos professores, salas adequadas, estrutura adequada para eles fornecerem a melhor qualidade da educação aos nossos alunos, às nossas crianças do nosso município. Então eu falo isso porque às vezes os executivos, e aqui o vereador Ranieri, não foi decisão dos prefeitos, nós tínhamos uma orientação da Confederação

Nacional dos Municípios da qual estava ainda em dúvida, e foi isso que nós levantamos e questionamos. Então assim, o prefeito talvez lá, eu não conheço a realidade de vocês, mas assim não é às vezes a questão política preço para aquilo. Eu acho que todos os prefeitos lá foram unânimos em dizer se a lei nos der ok, todos vão pagar. Não vai ter questionamento disso. Não vai ter esse problema de ah, não vou pagar porque pode ser que daqui a pouco o teu lado não tenha dinheiro, realmente ele vai atrasar, vai parcelar, vai financiar, vai fazer alguma coisa. Mas então eu acredito que não seja esse o problema. E digo, voltando a falar da questão dos salários, eu acho que a nossa educação, o nosso salário de professores aqui não está tão ruim. Haja vez que acabamos de fazer um concurso público, mais de 200 professores se inscreveram para 5 ou 6 laques. E digo mais, mais de 30 professores que estão na rede municipal de ensino, ou que passaram pela rede municipal de ensino se inscreveram para fazer o concurso. E me parece que não está tão mal assim. Não está justo? Não está. Concordo com vocês. Trago além do Fundeb, o nosso governo agora em 2023 passou dos 32 % investido em educação. Porque para mim, educação e aqui os senhores pais que estão em casa, estão tendo oportunidade de nos assistir, a educação é o salário dos professores, mas é uma qualidade, é uma escola de qualidade, é um investimento em outras áreas da educação inclusive. E nós como gestores não fomos eleitos só, ou então para fazer a educação somente. Nós temos a saúde, a qual aplicamos mais de 22%, 23%, também do nosso limitado orçamento. Aqui, aqueles que passaram pelas prefeituras, pelo Executivo, sabem do que é. Nós temos hoje as estradas, com as intempéries, com a chuva que está aí, nós temos que investir porque senão o produtor não tira a produção, ou então o próprio aluno não vem na sala de aula. E nós temos que ter pessoas e não temos pessoas suficientes para fazer a recuperação das estradas. E não podemos, não queremos contratar, porque nós precisamos daqui a pouco e torço até para que a gente possa então pagar esse salário aos professores. Então, acho que tem algumas verdades e temos investido, inclusive, aqui está a nossa coordenadora de educação, em alguns profissionais para atender as nossas crianças que frequentam a nossa escola municipal. Psiquiatra, fonoaudiólogo, psicólogos, filhos dos nossos munícipes, que estão lá e que a gente, graças aos nossos professores, detecta alguma normalidade lá no início. E que o nosso município está fazendo esse investimento para nós termos também não só professor, mas um aluno com mais capacidade produtiva ali na frente. Então faço essa apanhada, não sei qual é o meu tempo. Poderia trazer outros tantos números aqui, da questão do IDEB, da questão do IMERX, da qual eu me orgulho. O nosso município está muito bem, mas se comparado, se nós formos comparar, então, salário professores com alguns municípios vizinhos, poderia estar melhor. Mas está muito bem, e isso nós devemos aos nossos professores também. E a questão do investimento em transporte, falo um pouco aqui de investimento em transporte, por exemplo, que às vezes os nossos colegas governantes se orgulham de dizer que financiam o transporte, subsidiam, quase que zero, transporte escolar, merenda escolar. E eu gosto de trazer esses números até para a sociedade ter conhecimento. Tipo, em 2023, a despesa do nosso transporte, do nosso transporte

na educação, um milhão e duzentos. Nós tivemos subsídio do Estado e da União de cento e cinquenta e quatro mil. É uma boa diferença, não é? Quer dizer, o município praticamente faz sozinho. Na questão da merenda escolar, na questão da merenda escolar, nós investimos duzentos e trinta e três mil até agora. Até agora. Nós temos ainda um restante de... até a fim de outubro. E recebemos quarenta e sete mil. Então, são dados que, às vezes, a gente tem que trazer para a sociedade entender também isso. A comunidade precisa. Nós estamos aqui discutindo educação. Eu, particularmente, não vim aqui só para discutir o salário meu, que é justo, que é lovável discutir isso aí. Mas temos que ter essa compreensão de que a comunidade, como um todo, também merece atenção em outras áreas. Não é, seus professores? Volto a repetir aquilo que o doutor Marcio falou. Em nenhum momento nós estamos contra o piso nacional de salário. Quando ele existir, de fato e por lei. Muito obrigado. Agora, chegamos... Passamos a palavra aos vereadores, a todos que desejam se manifestar. Boa noite a todos. Eu sou o vereador Chiquinho Pelinha, de Ibiaçá, para quem não me conhece. Meus cumprimentos a autoridades, meus colegas, aos professores, servidores públicos do município de Ibiaçá. Parabenizar os advogados pelo excelente nível que houve o debate. Não vou me deter no mérito jurídico, porque vocês já muito bem expuseram o lado de vocês e o lado do município. Minha formação, eu sou graduado em contábil, então eu sou mais técnico. Mas eu também sou filho de professor, de professor que com um salário de professor sustentava dez filhos. Então, não é de hoje que vocês não estão sendo valorizados. Inclusive, teve épocas que acredito que aqui não vai ter professor daquela época, porque meu pai já faz tempo que morreu, que o salário dele ele recebia com vale. O Estado não tinha dinheiro para pagar. Então eles recebiam com vale. Vale mil reais. Chegava lá no mercado, o mercado disse eu só tenho dois setecentos. Porque eu não tenho certeza de que eu vou receber os mil reais. E também tive um irmão que era professor, tenho sobrinhos, sobrinhas aliás, que são professoras. E eu vejo elas, vi elas discutindo com namorados porque ela tinha que corrigir provas. Ela tinha que corrigir cadernos. Então também eu quero dizer pra vocês que eu também valorizo vocês. Os vereadores valorizam vocês. Nós estamos aqui porque nós damos importância para a educação. Logo na primeira sessão da Câmara que teve a discussão sobre o piso, eu fui o primeiro a me botar a favor dos professores. Até que cheguei com o Márcio, e o Márcio me botou a questão do lado da Prefeitura. Por que não se concedia o piso para os professores? E eu duvido que qualquer um de vocês aqui, advogados que defenderam, pagaria um valor sem ter uma segurança jurídica. Eu não falo em insegurança jurídica. Eu falo em segurança jurídica. O prefeito só pode, vocês sabem melhor do que eu que vocês são advogados, que no direito público o prefeito só pode fazer o que está em lei, o que está autorizado. Então no momento que for autorizado, eu sou um que me boto na defesa de vocês. Pague -se, cumpra -se a lei. Sei de municípios que disseram que não vai ter dinheiro. O problema é do município. O professor está amparado pela lei, vai receber a lei. Ouvei aqui o pastor Joel, uma frase bonita que ele falou, que nós temos de pensar de modo responsável. Eu é isso que acho que o prefeito está pensando. De modo responsável. Porque a gente já viu

administrações públicas, municipal e estadual sendo mal geridas e com rombos nas contas públicas mais adiante. Então, quero dizer que nós, como foi colocado aqui, não passou na Câmara porque nós somos maioria. Não, não passou na Câmara porque nós temos um entendimento de um assessor jurídico que nos leva nessa linha de pensamento. E eu gostaria de perguntar pra vocês, quem é que contrata um advogado, paga um advogado, aí ele te dá uma orientação e você segue a orientação do advogado do outro lado. Ninguém faz isso. Então, a gente quer pagar o piso? Sim. O município, segundo as informações do prefeito, tem condições. Mas ele é o ordenador da despesa. Então, quando sair essa sentença, se já está pacificado, por que o município ainda não foi notificado a pagar? Se eu não sei, vocês, advogados, deveriam me responder. Se está pacificado isso, é questão de tempo. Então, só quero dizer que nós estamos também a favor dos professores. Nós não somos contra os professores. A comunidade de Ibiacá não é contra os professores. Ninguém é contra os professores. Quem é que não passou numa escola? E eu valorizo muito meus professores. Meus que foram aqui em Ibiacá. Tanto que, quando eu vejo eles, eu chamo eles pelo nome. Professora Ilse Brunelli, professora Terezinha Seco, que foi minha professora no primeiro ano. E outros professores, professora Iris Tres, professora Anitta Zanchetta, Anitta Zanchetta, professor Olivo Brunello. É um respeito, é um carinho que a gente tem por aquilo. Se eu sou alguma coisa hoje, porque eu passei pela mão deles. Então, é isso que eu quero dizer. Nós também estamos a favor e valorizamos o professor, sim. Muito obrigado. Próximo adriador, Abel Kior, pode ser? O city staff do bancado do Partido dos Trabalhadores. Senhor prefeito, vice -prefeito, colegas vereadores do município que nos visitam nessa noite, o público em presente, os pais, os alunos, os advogados e, principalmente, os professores. O meu boa noite. E quem nos assiste das casas que está escutando. Meu nome é, eu sou um pequeno agricultor, hoje exerço o cargo de vereadores, defendo o Partido dos Trabalhadores. Sempre defendi os trabalhadores e queria pedir permissão para fazer uma fala, nos dois minutos, um pouco diferente. Eu não vou falar de leis, porque eu defendo os advogados, eles defendem o povo. Então, falar assim, eu precisei dos professores, eu consegui na aula até só 11 anos de idade. Depois eu tive que ir para o trabalho. A mesma coisa, um dia lá em casa, meu filho me disse assim, diz, pai, o senhor não estudou e o senhor conseguiu construir sua família e, graças a Deus, o pouco que a gente tem foi com o esforço do trabalho. Então, a vida nós ensina. Eu sentei na mesa e disse, meu filho, você faça, ao menos, até a série, o primeiro grau, que for necessário, que o pai sente muita dificuldade por não ter conseguido estudar. Então, para dizer assim para vocês, pegar, eu disse para ele, diz, não tenha vergonha do que você vai trabalhar, o que você vai fazer na tua vida. Faça com dignidade. Hoje eu não sei se um professor ele possa dizer a mesma coisa. Não, meu filho, vai estudar para o professor, é bom, só não sei se tu vai receber. Então, quando eu queria falar com os assuntos, a gente sabe quando o nosso prefeito manda um projeto lá pela Câmara, ele está escrito assim, não, eu vou contratar uma pessoa, e você vai receber tanto de salário. Tu quiser, é esse o salário. Então, alguém disse que ia ter um piso para os professores, que hoje a gente está falando disso.

Então, quem disse isso, eu acho que disse que o professor merece, eu não sei se o piso, ele é justo, ou ele é pouco, ou ele é demais. Mas alguém disse, não, o teu salário é esse aí. Então, eu penso que a lei, ela foi feita para ser paga. Alguém está dizendo que não precisa cumprir esta lei. Não sei quem, mas alguém fez um estudo e disse que o salário de um professor ia ser tanto. Então, eu acho que é justo que seja pago aquele tanto. Então, que a justiça também, que os advogados, eles são formados, eles foram formados em uma escola, pelas professoras. Que eles chegam em um acordo e que isso seja cumprido. Que daí o professor, ele vai dar aula e vai fazer a sua faculdade, sabendo quanto que ele vai ganhar. Não, o meu salário vai ser esse. Meu filho, tu pode fazer que esse é o salário para dar. Porque eu, desde criança, quando eu era pequeno, eu não ia na aula, mas sempre minha mãe, meus pais, sempre tiveram professores que moravam na casa deles. Porque era longe e não conseguiam ir. Então, hoje eu privilegio, eu digo para os meus netos, lá que eu tenho netos hoje, eles vão buscar em casa as crianças para ir para a aula e ainda não dá. Então, eu acho que o professor faz isso. Eu já vi os professores, os professores que têm filhos, dizer ah, filho, espera um pouco. Que eu vou ter que atender os outros. Eu tenho 20 filhos agora na escola. Então, eu acho que tem que reconhecer o justo que eles merecem, que alguém disse que era esse que eles iam receber. Então, eu acho que eu não quis colocar leis, mais coisa, porque isso nós ouvimos bastante. E ouvimos bastante os dois lados. Então, eu acho que ela tem que cumprir. É uma luta que vende bastante. Eu acho que ela vai continuar. Tomara que alguém consiga, os advogados, os juízes, entenderem lá. Não, nós vamos fazer isso. E seja dado um ponto final, que daí o cara vai trabalhar com vontade. Porque tem aquele professor, que ele não sabe se ele recebe, quanto que ele vai receber, tipo ano que vem ou quando ele se aposenta. Então, eu não quis entrar no debate de leis, porque a gente não tem os advogados, é o pessoal que entende isso. Então, o meu recado era esse. A gente está do lado dos professores hoje aqui, mas sempre defender os trabalhadores. Eu acho que o trabalhador merece ser reconhecido. Muito obrigado. O próximo vereador que queira se manifestar. Silmara Pereira Matos. Meu boa noite a todos. Como diz o colega Belchior, tenho o costume de falar, não quero chover no molhado. Vou ser breve aqui e apenas vou dizer, professores, com certeza todos nós aqui estamos do lado de vocês. Também tenho familiar, professoras na família, e se eu fosse professor, com certeza eu estaria aí, numa cadeira aí com vocês. Porém, também compreendo o lado do nosso prefeito. Jamais faria algo em dúvida. Ou se tem certeza, temos o apoio da lei, do contrário, não faça. Aguardamos até agora, vamos ter mais um pouquinho de paciência. Como disseram ali, foram bastante falas, não lembro quem falou, vai, vai acontecer. Vai, só apenas precisamos de um pouquinho mais de paciência. Podem contar com o nosso apoio, como já falei anteriormente. Tenho professoras na família, a gente acompanha a causa de vocês, é válida, é justa. Também fosse professor, estaria aí. Muito obrigada. A palavra está à disposição. Vereador Belchior Teston. Boa noite, presidente Marcelo, em seu nome e os demais vereadores, boa noite, prefeito, vice, e a todos que aqui se encontram. Eu não quero chover no molhado, vereadora Silmara, então, eu gosto sempre de, ouvindo o que as

peças falam, fazer apontamentos e depois, também manifestar a minha opinião acerca de cada um dos assuntos. No entanto, para não me alongar aqui, até porque o debate mais interessante da noite é justamente o debate jurídico, e este já ocorreu. Então não quero me alongar demais no assunto. Mas algumas observações eu gostaria de fazer. E gostaria de começar referente à questão, justamente da segurança ou insegurança jurídica. A doutora aqui, agora já saiu, e lamento que algumas pessoas tenham saído, mas também a gente compreende em virtude do adiantado do horário. A lei é interpretável, não é mesmo, doutores? Acho que não sobrou mais nenhum. Bom, então posso falar tranquilamente. Mas a lei é interpretável. Se não fosse, nós não teríamos juizes, nós não teríamos Supremo Tribunal Federal, nós não teríamos intérpretes do direito. Eu não sou da carreira jurídica do direito, mas sou um estudioso do direito, como alguém que gosta do assunto. Se ela não fosse interpretável, se não tivesse diferentes versões, não teria porque nós termos os operadores do direito, termos juizes que dessem decisões, que proferissem decisões. Então, neste sentido, eu lamento a ausência nesta noite de alguém mais imparcial, se é que vocês conseguem me entender. Nós tivemos doutores defendendo aqui os professores, nós tivemos o doutor Márcio, que embora alguns professores possam pensar o contrário, mas não estava aqui sendo contrário aos professores, estava manifestando o posicionamento do governo. Mas eu penso que nós poderíamos ter tido um promotor aqui. Nós poderíamos ter tido um juiz nesta noite. E aí nós enriqueceríamos essa conversa. Porque muito embora a conversa tenha tido seu debate jurídico, mas ela teve o seu debate prejudicado, porque cada um explanou a sua versão. E nós não tivemos alguém neutro para falar sobre isso. E, aliás, voltando na questão do direito ser interpretável, se não houvesse a tal da insegurança jurídica, nós não teríamos as liminares, que alguns de vocês comentaram aqui. Não haveria por que um juiz deferir uma liminar se ele tivesse certeza do assunto. O que é uma liminar? Eu não sou do direito, mas eu posso falar porque eu sei. Um pouquinho, pelo menos. O que é uma liminar? É o juiz que pega e diz assim Neste momento eu não posso decidir sobre isso, mas eu vou te dar uma decisão provisória para nós irmos postergando isso até que em outro momento eu possa pegar este documento aqui, eu possa pegar esta legislação e olhar com calma para ela. Então, fica aqui a minha observação neste sentido. Um outro ponto que eu preciso fazer neste comentário, porque eu estava sentado ali e eu, sinceramente, eu não ouvi quem falou, mas alguém disse ter que ouvir isso. Bom, mas a audiência pública é para isso. Se todos nós estivermos aqui com opinião formada, bom, então podemos cancelar a reunião, vai cada um para casa e a gente não precisa do debate. Então a gente tem que ouvir, sim, aquele que defende um lado e aquele que defende o outro. Ou para eu poder afirmar uma posição que eu já tenho ou então para tomar uma, caso eu ainda não tenha uma posição definida. E aqui, agora que eu vi o Dr. Márcio voltando, eu preciso fazer uma observação também, porque nós divergimos no entendimento nesta semana. Nós somos da bancada de governo e eu divergi do entendimento do Dr. Márcio nesta semana e bati o pé e disse não, eu penso dessa forma. Então não é porque nós somos de governo que a gente vai simplesmente

abraçar uma causa. Então, esse é o objetivo da audiência pública, a gente ter as diferentes versões e a partir daí a gente tomar um posicionamento. Bom, já falei sobre a questão de alguém neutro, sentir falta de alguém que não fosse nem de um lado nem de outro para que pudesse falar. E uma última observação que eu gostaria de fazer. Alguns de vocês também disseram ano que vem é ano político. E não parece ilógico que alguém o prefeito Ulisses está no terceiro mandato, mas está no primeiro, agora tem condição de uma reeleição no ano que vem. Não parece ilógico que alguém vai dizer assim eu, eu não vou pagar os professores. Não quero. Prefeito, mas eles têm direito. Mas eu não quero. Prefeito, ano que vem tem eleição. E daí? Não vou pagar. Não parece ilógico isso? Não parece um contrasenso? Então, como eu disse, alguns dos apontamentos que eu fiz, eu precisei pular aqui para não me estender. Mas ok, o meu posicionamento favorável aos professores, a gente não precisa questionar. Vejo aqui a professora da minha filha, vejo aqui tantas professoras que foram minhas professoras. Então eu pulei essa parte para não chover no molhado, vereador Silmar. Mas quero finalizar aqui justamente com esta observação. Se houver um entendimento de que o piso, seja ele qual for, é válido e precisa ser pago, eu não vejo motivos para não pagá-lo. E reforço aquilo que eu disse antes. Se tem liminar, se tem decisões contrárias, se tem debates entre posicionamentos distintos, é porque alguma dúvida tem. Então que a gente possa sanar essas dúvidas. Nós, enquanto sociedade, mas que também o Poder Judiciário possa bater o martelo e dizer, não, esse piso é válido, ou não, esse piso não é válido. E aí todo mundo vai poder seguir tranquilo fazendo ou não o pagamento, mas de acordo com aquilo que tem certeza. Então acho que eram essas as minhas considerações, presidente e secretário que está gerenciando aqui. E reforço, evidentemente ninguém de nós aqui vai ser contrário a um professor. Ninguém de nós vai ser contrário a qualquer classe que mereça receber mais e que tenha direito a receber mais. Então é só a gente poder sanar essas dúvidas. E, como disse, se os doutores aqui agora já foram, mas eles disseram que o STF já definiu. Bom, então tranquilo. Então, mais hoje ou mais amanhã, se o STF definiu, vocês vão receber tranquilamente. Então, agradeço a presença de todos. Obrigado presidente em seu nome. Obrigado secretário. Solicitamos aquelas pessoas que não assinaram a lista de presença no início, na entrada, que assinem agora na saída, que é importante. Prosseguindo, vereador? Lenoir da Silva Borges. Boa noite, senhor prefeito, senhor vice, ao presidente da casa, Marcelo. Agradecendo a presença de todos que hoje se fazem aqui presente. Em especial aos professores, eu inicio a minha fala um tanto diferente, porque em meu nome, Mano Borges, eu quero agradecer a vocês, professores, pois, desde da minha infância, fui educado na creche que hoje é aqui em baixo, na sequência, a escola aqui do lado, e depois Adelaide Piccolotto. Então, advogados, prefeitos, vereadores, médicos, enfim, toda essa categoria merece ser aplaudida e ser valorizada de pé, pois sem eles nada disso aconteceria. Eu fico um tanto nervoso, porque é uma causa justa, é uma causa nobre. Quando se fala de educação, se fala de crescimento pessoal, de crescimento profissional. E como o prefeito e a defesa já vêm falando, que está tudo dentro da lei, acredito que mais tardar, o dinheiro que é o mínimo que tem que ser

reconhecido tem que ser retribuído, de forma e maneira justa, no tempo certo. Pois, se hoje somos valorizados, é porque a adequação e o crescimento foi por base dos professores. Se nós estamos aqui hoje reunidos para debater um direito que é justo, que é nobre, é porque eles têm essa valorização. É porque eles têm o empenho. Então, acredito que dentro das palavras dos meus colegas, nada foge. A câmara está aqui à disposição, todos os vereadores, não vou colocar palavras na voz do presidente, mas enfim, falando por mim, Mano Borges, que hoje assumi a câmara ao lado desses colegas vereadores, tem todo o meu apoio, tem todo o meu empenho, e com certeza é uma classe, uma categoria que tem que ser vista e valorizada com olhares diferentes. Pois, repito, se estamos onde estamos, é por base familiar, mas por educação de quem nos forma para ser homens e mulheres e pessoas de caráter de verdade. Meu boa noite a todos. Muito bem. Próximo vereador, Valdecires Kenato, da bancada do PDT. Boa noite a todos. Em nome do nosso presidente Marcelo, nosso prefeito Ulisses, quero saudar todas as autoridades aqui presentes. Então, eu não vou ser, não vou me prolongar muito, porque já foi esclarecido praticamente, eu acho que tudo sobre os professores. Eu só quero dizer aos professores, lutem, mas lutem mesmo pelo direito de vocês. E podem ter certeza que nessa luta eu estarei presente com vocês para onde vocês irem. Então, podem ter certeza que a gente vai estar lutando a nossa Câmara também, defendendo os direitos de vocês. Era isso, é isso. Muito obrigado. Alguém mais, se pronunciar? Prosseguindo agora com os atos finais de encerramento, eu convido o presidente da mesa diretora, vereador Marcelo Corso, para as suas considerações finais. Obrigado. Antes de encerrar aqui, eu também quero falar aqui umas palavras. Primeiro, me solidarizar aqui com os professores, mas quero entrar no mérito aqui do que o prefeito falou, no investimento da educação como um todo. Acho importante esse debate aí, prefeito, porque um município que tem falta de salas de aulas, a prefeitura compra salas, compra vagas na escola particular. O município não tem secretário da educação há mais de dois anos, ou há quase dois anos, praticamente. A principal secretaria de um município não tem um líder. Então, é valorização, é investimento. Então, acho que a gente tem muito o que debater. A nossa caminhada, caminhada dos professores, ela é importante, ela é longa, e eu acho que vai ser bem difícil. Porque, vejam, um município pequeno igual o nosso, um município desenvolvido, não ter salas de aulas suficientes numa escola, sem contar que nessa semana, semana passada, os pais de alunos tiveram que dormir na frente da escola para conseguir um turno para o filho dele. E não é o primeiro ano, isso já aconteceu no ano passado. Então, o nosso trabalho aqui, ele é longo, é difícil, e acho que nós vamos ter que batalhar muito para conseguir. Então, mais uma vez, quero me solidarizar aqui com os professores, dizer que nós estamos juntos, sim. Por fim, não havendo mais nada a tratar aqui, eu declaro encerrada essa audiência pública. Muito obrigado a todos.

Ver. Silmara Pereira Matos
Secretario da Mesa Diretora

Ver. Marcelo Corso
Presidente da Mesa Diretora